

**Expediente:**

Federação das Associações dos Municípios da Paraíba - FAMUP

Diretoria 2019/2020**PRESIDENTE GEORGE JOSÉ PORCIÚNCULA PEREIRA COELHO - Sobrado****1º VICE- PRESIDENTE MARIA GRACIETE DO NASCIMENTO DANTAS - São Vicente do Seridó****2º VICE- PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ GOMES DE ARAÚJO - Boa Vista****3º VICE- PRESIDENTE ROBERTO BANDEIRA DE MELO BARBOSA - Bom Jesus****4º VICE- PRESIDENTE EUCLIDES SÉRGIO COSTA DE LIMA JÚNIOR - Baía da Traição****1º SECRETÁRIO ALLAN FELIPPE BASTOS DE SOUSA - Pedra Branca****2º SECRETÁRIO GUILHERME CUNHA MADRUGA JÚNIOR - Cuitegi****3º SECRETÁRIO JOSÉ UCHÔA DE AQUINO LEITE - Alagoa Nova****1º TESOUREIRO LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO COSTA - Itabaiana****2º TESOUREIRO JOSÉ IVANILSON SOARES DE LACERDA - Conceição****CONSELHO FISCAL****EFETIVOS****CLÁUDIO CHAVES COSTA - Pocinhos****FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO - Sapé****JOYCE RENALLY FELIX NUNES - Duas Estradas****JOÃO BOSCO NONATO FERNANDES - Uiraúna****ADJAILSON PEDRO SILVA DE ANDRADE - Salgado de São Félix****SUPLENTE****DIOGO RICHELLI ROSAS - Nova Olinda****MARIA AUXILIADORA DIAS DO REGO - Riachão do Poço****JOAQUIM HUGO VIEIRA CARNEIRO - Riacho dos Cavalos****ERIVAN BEZERRA DANIEL - Tacima****JOSÉ ALEXANDRE DE ARAÚJO - Santa Luzia**

O Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CABACEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 730, DE 5 DE OUTUBRO DE 2020.

Gabinete do Prefeito**PORTARIA nº 730, DE 5 DE OUTUBRO DE 2020.**

Dispõe sobre a instituição da Comissão de Acompanhamento dos Editais da Lei Aldir Blanc.

O Prefeito Constitucional do Município de Cabaceiras, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso I e IV do art. 13 constante na Lei Orgânica Municipal e considerando ainda a necessidade de se instituir uma Comissão para destinação da aplicação, acompanhamento e fiscalização do cumprimento das normas constantes na Lei Federal nº 17.017, de 29 / 6 / 2020, destinadas ao setor cultural, durante a calamidade pública decorrente da Pandemia causada pelo Covid - 19, consubstanciado pelo art. 2º do Decreto Municipal nº 240, 28 / 9 / 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a **Comissão Municipal de Acompanhamento dos Editais da Lei Aldir Blanc**, com a composição abaixo elencada:

I – representante da Secretaria de Educação, Cultura e Desportos: Paulo Rogério Duarte Macêdo;

II – representante do Departamento de Cultura: Alex Wallaue Carneiro Nunes;

III – representante do Departamento de Turismo: Mércia Francielle Vieira de Farias;

IV - representante da Sociedade Civil: Luis Carlos de Araújo Sousa e Leandro Júnior Ferreira Gomes;

V – representante do Gabinete do Prefeito: Marcos Vinicius Aires Cavalcante; e,

VI - representante da Secretaria de Finanças: Evandro Emanuel Nóbrega Aires.

Art. 2º Compete a **Comissão Municipal de Acompanhamento dos Editais da Lei Aldir Blanc** adotar as medidas necessárias pertinentes, observando as legislações pertinentes em âmbito municipal, estadual e federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cabaceiras, 5 de outubro de 2020.

Publique – se e cumpra-se.

TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

José Djanilson Galdino de Farias

Código Identificador:5A5C33B4

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 217/2020

Dispõe sobre a nomeação de Servidor(a) Público, aprovado(a) em Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Constitucional do Município de Conceição Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Senhor(a) **GISELE TAVARES CARTAXO**, inscrito(a) no CPF sob nº 049.663.713-41, para exercer o Cargo de **Odontólogo - USE**, símbolo **SMS-621**, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Os deveres, responsabilidades e atribuições do(a) Servidor(a) estão previstos na Lei Complementar Municipal de nº 10/2011, publicada no dia 06 de maio de 2011, e suas alterações.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Conceição/PB, em 05 de outubro de 2020.

JOSÉ IVANILSON SOARES DE LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:8486AEBO

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 218/2020

Dispõe sobre a nomeação de Servidor(a) Público, aprovado(a) em Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Constitucional do Município de Conceição Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Senhor(a) **AYLLANA SYBIA CORDEIRO LEMOS**, inscrito(a) no CPF sob nº 089.551.874-08, para exercer o Cargo de **Odontólogo - USF**, símbolo **SMS-621**, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Os deveres, responsabilidades e atribuições do(a) Servidor(a) estão previstos na Lei Complementar Municipal de nº 10/2011, publicada no dia 06 de maio de 2011, e suas alterações.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Conceição/PB, em 05 de outubro de 2020.

JOSÉ IVANILSON SOARES DE LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:72145F87

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 219/2020

Dispõe sobre a nomeação de Servidor(a) Público, aprovado(a) em Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Constitucional do Município de Conceição Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Senhor(a) **CLEIA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES DE LIMA**, inscrito(a) no CPF sob nº 055.701.644-48, para exercer o Cargo de **Assistente Social**, símbolo **SNS-703**, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Os deveres, responsabilidades e atribuições do(a) Servidor(a) estão previstos na Lei Complementar Municipal de nº 10/2011, publicada no dia 06 de maio de 2011, e suas alterações.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Conceição/PB, em 05 de outubro de 2020.

JOSÉ IVANILSON SOARES DE LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:92E31CD1

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 220/2020

Dispõe sobre a nomeação de Servidor(a) Público, aprovado(a) em Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Constitucional do Município de Conceição Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Senhor(a) **SUÊNNA MANGUEIRA DE LACERDA**, inscrito(a) no CPF sob nº 049.115.994-30, para exercer o Cargo de **Assistente Social**, símbolo **SNS- 703**, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Os deveres, responsabilidades e atribuições do(a) Servidor(a) estão previstos na Lei Complementar Municipal de nº 10/2011, publicada no dia 06 de maio de 2011, e suas alterações.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Conceição/PB, em 05 de outubro de 2020.

JOSÉ IVANILSON SOARES DE LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:37026C51

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 221/2020

Dispõe sobre a nomeação de Servidor(a) Público, aprovado(a) em Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Constitucional do Município de Conceição Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Senhor(a) **JOELLY HOLANDA DE SOUZA**, inscrito(a) no CPF sob nº 060.425.094-03, para exercer o Cargo de **MÉDICO - USF**, símbolo **SMS-601**, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Os deveres, responsabilidades e atribuições do(a) Servidor(a) estão previstos na Lei Complementar Municipal de nº 10/2011, publicada no dia 06 de maio de 2011, e suas alterações.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Conceição/PB, em 05 de outubro de 2020.

JOSÉ IVANILSON SOARES DE LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:B00C9A55

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CONDADO**

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº
00033/2020

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial SRP nº 00033/2020, que objetiva: REGISTRO DE PREÇO para serviços de extração, transporte e fornecimento de pedras em paralelepípedos e de meio fio destinados ao município de Condado; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório: **Licitação Deserta**.

Condado - PB, 05 de Outubro de 2020

CAIO RODRIGO BEZERRA PAIXÃO
 Prefeito

Publicado por:
 Francisca Lidiane Alves da Silva
Código Identificador:7A1C0505

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE JUNCO DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 007/2020

Nos termos do Relatório Final apresentado pela CPL – Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica referente ao Processo Licitatório nº 025/2020, na modalidade Tomada de Preço nº 007/2020, que objetiva a **CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 06 SALAS DE AULA NO BAIRRO SANTO ANTÔNIO NO MUNICÍPIO DE JUNCO DO SERIDÓ-PB**, HOMOLOGO o presente processo licitatório em favor da empresa **RVV CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.895.340/0001-89, com endereço na Rua Jundiá, 374 B, Bairro Tirol, na cidade de Natal-RN, Cep: 59.020-120, no valor total de **R\$ 1.333.214,35 (Hum Milhão, Trezentos e Trinta e Três Mil, Duzentos e Quatorze Reais e Trinta e Cinco Centavos)**, pelo critério de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, do tipo MENOR PREÇO.

Junco do Seridó-PB, 05 de Outubro de 2020.

KLEBER FERNANDES DE MEDEIROS
 Prefeito

Publicado por:
 José Márcio Monteiro Nunes
Código Identificador:43BC9291

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 007/2020

Nos termos do Relatório Final apresentado pela CPL – Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica referente ao Processo Licitatório nº 025/2020, na modalidade Tomada de Preço nº 007/2020, que objetiva a **CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 06 SALAS DE AULA NO BAIRRO SANTO ANTÔNIO NO MUNICÍPIO DE JUNCO DO SERIDÓ-PB**, ADJUDICO o presente processo licitatório em favor da empresa **RVV CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.895.340/0001-89, com endereço na Rua Jundiá, 374 B, Bairro Tirol, na cidade de Natal-RN, Cep: 59.020-120, no valor total de **R\$ 1.333.214,35 (Hum Milhão, Trezentos e Trinta e Três Mil, Duzentos e Quatorze Reais e Trinta e Cinco Centavos)**, pelo critério de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, do tipo MENOR PREÇO.

Junco do Seridó-PB, 05 de Outubro de 2020.

KLEBER FERNANDES DE MEDEIROS
 Prefeito

Publicado por:
 José Márcio Monteiro Nunes
Código Identificador:07F16757

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 007/2020

Empresa Vencedora:

RVV CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 04.895.340/0001-89
 Rua Jundiá, 374 B, Bairro Tirol
 Cep: 59.020-120 – Natal-RN

Na forma do Art. 64 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, vimos convocar vossa senhoria através de representante legalmente constituído, para retirada e assinatura do Contrato decorrente do Processo Licitatório nº 025/2020, na modalidade Tomada de Preço nº 007/2020, cujo objeto é a **CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 06 SALAS DE AULA NO BAIRRO SANTO ANTÔNIO NO MUNICÍPIO DE JUNCO DO SERIDÓ-PB**. O Contrato está disponível na sala da Comissão Permanente de Licitação na Avenida Balduino Guedes, 770, Centro da cidade de Junco do Seridó-PB, Cep: 58.640-000, e deverá ser assinado no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação da presente convocação na imprensa oficial, através do Boletim Oficial do Município de Junco do Seridó-PB, em conformidade com a Lei Municipal nº 293, de 20 de Abril de 2011, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da lei supra mencionada.

Junco do Seridó-PB, 05 de Outubro de 2020.

KLEBER FERNANDES DE MEDEIROS
 Prefeito

Publicado por:
 José Márcio Monteiro Nunes
Código Identificador:CD19E16E

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 07/2020

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei de nº 8.666 de 21 de Fevereiro de 1993, e suas alterações posteriores resolve **ADJUDICAR** a decisão da Comissão Permanente de Licitação, ao Processo Licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇO nº 07/2020**, objetivando a Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Pavimentação em paralelepípedo em diversas Ruas do Município de São Mamede - PB, nos termos do Contrato de Repasse nº 1064866-95 e conforme projeto básico de engenharia, em favor da Empresa: **BELIZIO GOMES MEIRA NETO/JBL CONSTRUTORA**, CNPJ: 37.340.295/0001-55, com sede na Travessa Vigário Calixto, 689, Andar 2, Sala 201, Bairro Catolé, Campina Grande – PB, CEP: 58.410-342, venceu o certame por ter apresentado o menor valor global de **R\$ 652.807,82 (Seiscentos e Cinquenta e Dois Mil Oitocentos e Sete Reais e Oitenta e Dois Centavos)**, de acordo com a análise e julgamento da Comissão Permanente de Licitação.

São Mamede – PB, 05 de outubro de 2020.

UMBERTO JEFFERSON DE MORAIS LIMA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

João Lopes de Sousa Neto

Código Identificador: B23997F5

**GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****TOMADA DE PREÇO Nº 07/2020****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei de nº 8.666 de 21 de Fevereiro de 1993, e suas alterações posteriores resolve **HOMOLOGAR** a decisão da Comissão Permanente de Licitação, ao Processo Licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇO nº 07/2020**, objetivando a Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Pavimentação em paralelepípedo em diversas Ruas do Município de São Mamede - PB, nos termos do Contrato de Repasse nº 1064866-95 e conforme projeto básico de engenharia, em favor da Empresa: **BELIZIO GOMES MEIRA NETO/JBL CONSTRUTORA**, CNPJ: 37.340.295/0001-55, com sede na Travessa Vigário Calixto, 689, Andar 2, Sala 201, Bairro Catolé, Campina Grande - PB, CEP: 58.410-342, venceu o certame por ter apresentado o menor valor global de **R\$ 652.807,82 (Seiscentos e Cinquenta e Dois Mil Oitocentos e Sete Reais e Oitenta e Dois Centavos)**, de acordo com a análise e julgamento da Comissão Permanente de Licitação.

São Mamede - PB, 05 de outubro de 2020.

UMBERTO JEFFERSON DE MORAIS LIMA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

João Lopes de Sousa Neto

Código Identificador: 35147AD5

**GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO****TOMADA DE PREÇO Nº 08/2020****TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei de nº 8.666 de 21 de Fevereiro de 1993, e suas alterações posteriores resolve **ADJUDICAR** a decisão da Comissão Permanente de Licitação, ao Processo Licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇO nº 08/2020**, objetivando a Contratação de empresa(s) para execução de obra de engenharia: Lote I - Construção de Galpão de Coleta Seletiva; Lote II - Construção de Base descentralizada do Samu; Lote III - Construção de Um Centro Cultural de Apoio ao Turismo na Vila de Picotes, em favor da Empresa: **RENOVAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ: 19.910.105/0001-06, com sede na Rua Maria Silvia de Oliveira, 58, Bairro Centro, São Mamede - PB, CEP: 58.625-000, venceu o Lote I - Construção de Galpão de Coleta Seletiva pelo valor global de **R\$ 222.609,37 (Duzentos e Vinte e Dois Mil Seiscentos e Nove Reais e Trinta e Sete Centavos)** e a empresa **AMETISTA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ: 29.828.673/0001-16, com sede na Rua Severino Oliveira Braz, 1167, Bairro Maternidade, Patos - PB, venceu o Lote II - Construção de Base descentralizada do Samu pelo valor global de **R\$ 125.661,81 (Cento e Vinte Mil Seiscentos e Sessenta e Um Reais e Oitenta e Um Centavos)** e o Lote III - Construção de Um Centro Cultural de Apoio ao Turismo na Vila de Picotes pelo valor global de **R\$ 93.220,58 (Noventa e Três Mil Duzentos e Vinte Reais e Cinquenta e Oito Centavos)**, perfazendo a soma dos Lote 02 e 03 o importe de **R\$ 218.882,39 (Duzentos e Dezoito Mil Oitocentos e Oitenta e Dois Reais e Trinta e Nove Centavos)**, de acordo com a análise e julgamento da Comissão Permanente de Licitação.

São Mamede - PB, 05 de outubro de 2020.

UMBERTO JEFFERSON DE MORAIS LIMA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

João Lopes de Sousa Neto

Código Identificador: 6FA172C5

**GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****TOMADA DE PREÇO Nº 08/2020****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei de nº 8.666 de 21 de Fevereiro de 1993, e suas alterações posteriores resolve **HOMOLOGAR** a decisão da Comissão Permanente de Licitação, ao Processo Licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇO nº 08/2020**, objetivando a Contratação de empresa(s) para execução de obra de engenharia: Lote I - Construção de Galpão de Coleta Seletiva; Lote II - Construção de Base descentralizada do Samu; Lote III - Construção de Um Centro Cultural de Apoio ao Turismo na Vila de Picotes, em favor da Empresa: **RENOVAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ: 19.910.105/0001-06, com sede na Rua Maria Silvia de Oliveira, 58, Bairro Centro, São Mamede - PB, CEP: 58.625-000, venceu o Lote I - Construção de Galpão de Coleta Seletiva pelo valor global de **R\$ 222.609,37 (Duzentos e Vinte e Dois Mil Seiscentos e Nove Reais e Trinta e Sete Centavos)** e a empresa **AMETISTA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ: 29.828.673/0001-16, com sede na Rua Severino Oliveira Braz, 1167, Bairro Maternidade, Patos - PB, venceu o Lote II - Construção de Base descentralizada do Samu pelo valor global de **R\$ 125.661,81 (Cento e Vinte Mil Seiscentos e Sessenta e Um Reais e Oitenta e Um Centavos)** e o Lote III - Construção de Um Centro Cultural de Apoio ao Turismo na Vila de Picotes pelo valor global de **R\$ 93.220,58 (Noventa e Três Mil Duzentos e Vinte Reais e Cinquenta e Oito Centavos)**, perfazendo a soma dos Lote 02 e 03 o importe de **R\$ 218.882,39 (Duzentos e Dezoito Mil Oitocentos e Oitenta e Dois Reais e Trinta e Nove Centavos)**, de acordo com a análise e julgamento da Comissão Permanente de Licitação.

São Mamede - PB, 05 de outubro de 2020.

UMBERTO JEFFERSON DE MORAIS LIMA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

João Lopes de Sousa Neto

Código Identificador: 526A98BC

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA****COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO****REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº
IN00014/2020**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00014/2020, que objetiva: Contratação de Empresa Especializada na Sanitização através do sistema FIP (FOG IN PLACE) com tecnologia Exclusiva na Higienização de Ambientes Fechados; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: BIOTEC BRASIL SANITIZACAO DE AMBIENTES EIRELI - ONDE SE LÊ: R\$ 28.842,36, LEIA-SE 173.054,16

Alhandra - PB, 30 de Setembro de 2020

RENATO MENDES LEITE

Prefeito

Publicado por:

Edivaldo Cavalcante Oliveira

Código Identificador:D677C876**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Sanitização através do sistema FIP (FOG IN PLACE) com tecnologia Exclusiva na Higienização de Ambientes Fechados. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00014/2020. DOTAÇÃO: Recursos Próprios e Federal do Município de Alhandra: 02007.10.301.2020.2091 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM. DA SEC. DE SAÚDE 02002.04.122.2021.2031 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO 2079 AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19, Royalties- 10.122.2023.2079.3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alhandra e: CT Nº 00104/2020 - 30.09.20 - BIOTEC BRASIL SANITIZACAO DE AMBIENTES EIRELI - R\$ 173.054,16

Publicado por:

Edivaldo Cavalcante Oliveira

Código Identificador:A7010DAE**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO**

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020

A Prefeitura Municipal de Alhandra-PB, torna pública a HOMOLOGAÇÃO, referente ao Pregão eletrônico nº 05/2020, que objetiva: Aquisição de Equipamento Hospitalar/ Material Permanente. HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: ITENS 03 – AGUAMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR- R\$ 1.390,00, ITEM 07- BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI- R\$ 6.123,60.

Alhandra - PB, 02 de outubro de 2020

RENATO MENDES LEITE

Prefeito

Publicado por:

Edivaldo Cavalcante Oliveira

Código Identificador:28261328**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA****GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATOS - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº
00014/2020**

OBJETO: Aquisição de EPs, insumos e materiais, destinados a atender as atividades da Secretaria de Saúde, para combater o contágio da COVID-19 no município de Aparecida/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 00014/2020. DOTAÇÃO: SUS (COVID-19): elemento de despesa 339030 – Material de Consumo, do orçamento operativo do exercício de corrente. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Aparecida e: CT Nº 00197/2020 - 04.08.20 - VIA HOSPITALAR DIST. DE MAT. HOPS. E ORTOPÉDICOS LTDA - R\$ 2.700,00; CT Nº 00198/2020 - 04.08.20 - NNMED DISTRIBUIÇÃO IMPOR. E EXP. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - R\$ 29.500,00; CT Nº 00199/2020 - 04.08.20 - ODONTOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA - R\$ 14.067,50; CT Nº 00200/2020 - 04.08.20 - PAULO JOSÉ MAIA ESMERALDO SOBREIRA - R\$ 3.395,00.

Publicado por:

Ericles Douglas Rodrigues Coura

Código Identificador:D62FC240**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATOS - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº
00015/2020**

OBJETO: Aquisição de medicamentos, destinados a atender as atividades da Secretaria de Saúde, para combater o contágio da COVID-19 no município de Aparecida/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 00015/2020. DOTAÇÃO: SUS (COVID-19): Elementos de Despesas 339030 e 339032 - Material de Consumo e Material de Distribuição Gratuita, do orçamento operativo do exercício corrente. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Aparecida e: CT Nº 00215/2020 - 13.08.20 - NNMED DISTRIBUIÇÃO IMPOR. E EXP. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - R\$ 400,00; CT Nº 00217/2020 - 13.08.20 - EMMANUELLE MALK BEZERRA DELFINO TORQUATO - R\$ 45.850,00.

Publicado por:

Ericles Douglas Rodrigues Coura

Código Identificador:B12FD218**GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº
17/2020**

Ratifico por este termo, a Dispensa de Licitação para Aquisição de medicamentos, em caráter emergencial e pelo período necessário enquanto será realizado processo de licitação, destinados a manutenção da Farmácia Básica do Município de Aparecida/PB, em favor de DIMEDONT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - R\$ 2.127,00; FARMAGUEDES COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - R\$ 1.463,40, NNMED-DISTRIBUIÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 7.189,50; EUROMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 9.165,30, com arrimo no Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, de acordo com o parecer da Assessoria Jurídica, e tendo em vista os demais elementos que instruem o processo de dispensa de licitação n. 17/2020.

Aparecida-PB, 03 de Setembro de 2020.

JÚLIO CÉSAR QUEIROGA DE ARAÚJO

Prefeito de Aparecida

Publicado por:

Ericles Douglas Rodrigues Coura

Código Identificador:575C80E7**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATOS - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº
00017/2020**

OBJETO: Aquisição de medicamentos, em caráter emergencial e pelo período necessário enquanto será realizado processo de licitação, destinados a manutenção da Farmácia Básica do Município de Aparecida/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 00017/2020. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos financeiros oriundos do Programa Farmácia Básica do Governo Federal, Governo Estadual e recursos próprios do município - Elementos de Despesas 339030 e 339032 - Material de Consumo e Material de Distribuição Gratuita, do orçamento operativo do exercício corrente. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Aparecida e: CT Nº 00246/2020 - 04.09.20 - DIMEDONT - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - R\$ 2.127,00; CT Nº 00247/2020 - 04.09.20 - FARMAGUEDES COM. DE PRODUTOS FARM. MEDICOS E HOSP. LTDA - R\$ 1.463,40; CT Nº 00248/2020 - 04.09.20 - NNMED DISTRIBUIÇÃO IMPOR. E EXP. DE

MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 7.189,50; CT Nº 00249/2020 - 04.09.20 - EUROMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 9.165,30.

Publicado por:
Ericles Douglas Rodrigues Coura
Código Identificador:652B9445

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO - INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº 00004/2020

OBJETO: Contratação de serviços especializados de Auditoria Contábil nos pagamentos efetuados pelo Município de Aparecida durante o período de 27/01/2020 a 21/07/2020. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 00004/2020. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Aparecida: elemento de despesa nº 339039 – Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica, do orçamento operativo de 2020. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Aparecida e: CT Nº 00195/2020 - 03.08.20 - ALMEIDA & ESCOREL ADVOGADOS ASSOCIADOS - R\$ 45.000,00.

Publicado por:
Ericles Douglas Rodrigues Coura
Código Identificador:19D6DF39

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº
00001/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustíveis, dentro dos limites do município de Aparecida, com fornecimento parcelado, conforme solicitações das Secretarias Municipais. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial SRP nº 00001/2020. DOTAÇÃO: Recursos financeiros oriundos do FEP, CIDE, FNDE, FUNDEB 40%, FNAS, SUS e Recursos Próprios do Município de Aparecida: Elemento de Despesa – 339030 – Material de Consumo. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Aparecida e: CT Nº 00193/2020 - 30.07.20 até 31.12.20 - REJANE CASIMIRO DE OLIVEIRA MENDES - R\$ 264.875,00.

Publicado por:
Ericles Douglas Rodrigues Coura
Código Identificador:CEE5BB7

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL Nº
00002/2020

OBJETO: Contratação de serviços especializados de caráter contínuo em recebimento e destinação ambientalmente correta de resíduos sólidos, domiciliares e de limpeza urbana do município de Aparecida. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00002/2020. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Aparecida: elemento de despesa 339039 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, do orçamento operativo do exercício corrente. VIGÊNCIA: até 27/07/2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Aparecida e: CT Nº 00190/2020 - 27.07.20 - UNIDADE SOUSA TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA - R\$ 96.000,00.

Publicado por:
Ericles Douglas Rodrigues Coura
Código Identificador:974B6C1C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATOS - PREGÃO PRESENCIAL SRP
Nº 00005/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos, com fornecimento parcelado, destinados à manutenção da farmácia básica do município de Aparecida. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial SRP nº 00005/2020. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos financeiros oriundos do Programa Farmácia Básica do Governo Federal, Governo

Estadual e recursos próprios do município – Elementos de Despesas 339030 e 339032 – Material de Consumo e Material de Distribuição Gratuita, do orçamento operativo do exercício corrente. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Aparecida e: CT Nº 00210/2020 - 11.08.20 até 31.12.20 - NNMED DISTRIBUIÇÃO IMPOR. E EXP. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - R\$ 53.466,25; CT Nº 00211/2020 - 11.08.20 até 31.12.20 - FARMAGUEDES COM. DE PRODUTOS FARM. MEDICOS E HOSP. LTDA - R\$ 2.878,50; CT Nº 00212/2020 - 12.08.20 até 31.12.20 - DIMEDONT - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - R\$ 18.668,33.

Publicado por:
Ericles Douglas Rodrigues Coura
Código Identificador:5A60EEE1

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDINO BATISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 00033/2020

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 00033/2020
CONTRATO Nº 00012/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00032/2019

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDINO BATISTA e DEUSDETE SOARES DA SILVA;

OBJETO: O presente Termo Aditivo consiste na majoração do quantitativo em 8,5% (oito vírgula cinco por cento). Onde o valor inicialmente contratado de R\$ 325.941,00 (trezentos e vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e um reais), majora em mais R\$ 27.704,98 (vinte e sete mil, setecentos e quatro reais e noventa e oito centavos), perfazendo o valor final em R\$ 353.645,98 (trezentos e cinquenta e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e oito centavos). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Dar-se-á alteração contratual, tendo em vista o acréscimo de quantitativos de produto por ordem do interesse da administração, nos termos do Art. 65, inciso I, “b”, §1º, da Lei 8.666/93.

ASSINATURA: 05/10/2020: Gervázio Gomes dos Santos, Prefeito Constitucional e José Evandro da Silva, Representante Legal da empresa contratada.

Publicado por:
Mateus Ribeiro Dantas
Código Identificador:B1D71D38

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 659/2020

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE BOA
VISTA

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA, Estado da Paraíba, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, derogando a Lei nº 267, arts 10, 11 e 12 (Lei do CMDCA).

Art. 2º - O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente será constituído por recursos financeiros provenientes das seguintes fontes:

- I - Recursos consignados pelo Município em seu Orçamento Anual;
- II - Recursos oriundos de transferência e programas dos Governos Estadual, Municipal e Federal;
- III - Recursos doados por Pessoas Físicas e Jurídicas;
- IV — Recursos outros carreados por eventos e promoções;
- V - Outras contribuições legais.

Art. 3º - O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente será administrado com autonomia pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, como prevê o Art. 88, Inciso IV do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 4º - O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, de acordo com o Art. 55, §3º da Lei Orgânica do Município integrará o Orçamento Anual do Município, sendo a programação de aplicação dos seus recursos financeiros realizada pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - As contas dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente serão escrituradas em obediência às normas gerais da Contabilidade Pública, sendo fiscalizadas anualmente pelo Poder Legislativo Municipal com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

Art. 5º - O conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente fixará critérios de utilização, por meio de planos de aplicação, das dotações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade, conforme prevista no § 2º do Art. 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 6º — Fica autorizado o Poder Executivo a abrir Crédito Especial para o Cumprimento do que determina a Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Vista, 28 de setembro de 2020.

ANDRE LUIZ GOMES DE ARAÚJO

Prefeito

Publicado por:

Kézia Silmara Costa Farias

Código Identificador:88100CA8

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO**

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2020

RATIFICO O TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, ponderados pela Secretaria Municipal de Saúde, DESTINADA LOCAÇÃO DE IMÓVEL 02 SALAS, 01 GARAGEM, 04 QUARTOS, 01 ESCRITÓRIO, 01 WC SOCIAL, ÁREA DE SERVIÇO E COZINHA NA RUA PADRE LOURENÇO, 501, CENTRO, ITAPORANGA-PB, DE INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB

NOME DO CREDOR: JOÃO FRANCO DA COSTA FILHO

CPF: 051.9113624-04

ENDEREÇO: Rua PADRE LOURENÇO, 501, ITAPORANGA-PB.

TOTAL DERS 10.000,00 (dez mil reais).

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

À PUBLICAÇÃO, na forma da lei.

Itaporanga (PB), 15 de setembro de 2020.

DIVALDO DANTAS

Prefeito

Publicado por:

Edmarineudson Rodrigues Pinto

Código Identificador:95DB8612

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

TERMO DE CONTRATO Nº 177/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2020

LOCAÇÃO DE IMÓVEL 02 SALAS, 01 GARAGEM, 04 QUARTOS, 01 ESCRITÓRIO, 01 WC SOCIAL, ÁREA DE SERVIÇO E COZINHA NA RUA PADRE LOURENÇO, 501, CENTRO, ITAPORANGA-PB, DE INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.

NOME DO CREDOR: JOÃO FRANCO DA COSTA FILHO

CPF: 051.9113624-04

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.**

ENDEREÇO: RUA PADRE LOURENÇO, 501, CENTRO, ITAPORANGA-PB.

TOTAL DE R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

VIGÊNCIA: 29/07/2020 até 31/12/2020

Publicado por:

Edmarineudson Rodrigues Pinto

Código Identificador:F8AC7D54

**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL RESOLUÇÃO CMAS Nº 01/2020 – CMAS
ITAPORANGA - PB**

Lei de Criação nº. 401,402 E 413, de 1996 com alterações pela Lei Municipal nº. 824, de 27 de setembro de 2012, revogadas pela Lei do SUAS nº 970/2018.

Rua: Santos Dumont, 107, Centro de Itaporanga-PB

CEP: 58.780-000 - Fone (83) 3451-2712

RESOLUÇÃO CMAS Nº 01/2020

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS aprova os recursos repassados para utilização de EPIs para os profissionais do SUAS de acordo com a Portaria 369/2020 do Ministério da Cidadania.

O conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Itaporanga-PB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei de Criação nº. 401,402 E 413, de 1996 com alterações pela Lei Municipal nº. 824, de 27 de setembro de 2012, revogadas pela Lei do SUAS nº 970 de 10 de dezembro de 2018.

CONSIDERANDO o papel do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no contexto da Emergência em Saúde Pública, de proteção da população em situação de vulnerabilidade e risco social e no desenvolvimento de medidas para prevenir e mitigar riscos e agravos sociais decorrentes da disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO a Portaria MC nº 337, de 24 de março de 2020, que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

CONSIDERANDO que a Portaria nº 90, de 3 de setembro de 2013, do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, estabelece os parâmetros e procedimentos relativos ao cofinanciamento federal para oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, e a Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 2015, regulamenta o cofinanciamento federal do SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo;

CONSIDERANDO a Portaria nº. 369 de 29 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada reunião em 30 de abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprova o valor repassado para utilizar na estruturação da rede do SUAS por meio da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI para os profissionais das unidades públicas de atendimento do SUAS; de acordo Inciso I, letra a) da Portaria nº 369/2020;

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Itaporanga, Paraíba, 30 de abril de 2020.

JOSÉ DIANÊS LEITE

Presidente do CMAS

Publicado por:
Wesley Alves da Silva
Código Identificador:8A28F732

**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –
CMAS RESOLUÇÃO CMAS Nº 03/2020**

Lei de Criação nº. 401,402 E 413, de 1996 com alterações pela Lei Municipal nº. 824, de 27 de setembro de 2012, revogadas pela Lei do SUAS nº 970/2018.

Rua: Santos Dumont, 107, Centro de Itaporanga-PB
CEP: 58.780-000 - Fone (83) 3451-2712

RESOLUÇÃO CMAS Nº 03/2020

Dispõe sobre o Plano de ação – Execução de Ações Socioassistenciais para o enfrentamento do (COVID-19).

O conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Itaporanga-PB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei de Criação nº. 401,402 E 413, de 1996 com alterações pela Lei Municipal nº. 824, de 27 de setembro de 2012, revogadas pela Lei do SUAS nº 970 de 10 de dezembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação e Aplicação referente aos recursos aceitos para a execução de ações socioassistenciais no enfrentamento do COVID-19 na forma da Portaria do Ministério da Cidadania Nº 369, de 29 de abril de 2020, **Art.2º inciso II.**

Art. 2º - Considerando que, para fazer face as despesas, os recursos serão destinados da seguinte forma:

I – Equipamentos para Proteção Individual – EPI – R\$: 3.000,00 (Três mil reais)

II – Aquisição de bens de consumo – R\$ 1.800,00 – (Hum mil e oitocentos reais)

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itaporanga, Paraíba, 30 de junho de 2020.

JOSÉ DIANÊS LEITE
Presidente do CMAS

Publicado por:
Wesley Alves da Silva
Código Identificador:C7548089

**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –
CMAS RESOLUÇÃO CMAS Nº 02/2020**

RESOLUÇÃO CMAS Nº 02/2020

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS aprova os recursos extraordinário para incremento temporário para do SUAS de acordo com a Portaria 378/2020 do Ministério da Cidadania.

O conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Itaporanga-PB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei de Criação nº. 401,402 E 413, de 1996 com alterações pela Lei Municipal nº. 824, de 27 de setembro de 2012, revogadas pela Lei do SUAS nº 970 de 10 de dezembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar repasse de recurso extraordinária do financiamento federal do Sistema Único de Assistência Social para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais no município devido a situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da corona vírus, covid-19 conforme a Portaria nº 378, de 7/05/2020.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação.

Itaporanga, Paraíba, 28 de maio de 2020.

JOSÉ DIANÊS LEITE
Presidente do CMAS

Publicado por:
Wesley Alves da Silva
Código Identificador:14CE88BF

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUPIRANGA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO - LEI Nº 685/2020, DE 02 DE
OUTUBRO DE 2020.**

GABINETE DO PREFEITO - LEI Nº 685/2020, de 02 de outubro de 2020.

Altera disposições da Lei Municipal Nº 638/2018, de 19 de novembro de 2018, que “Institui o programa municipal de acolhimento familiar para crianças e adolescentes afastados da família de origem por meio de medida protetiva prevista no Art. 101, Inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990, e determina outras providências”.

PAULO DÁLIA TEIXEIRA, Prefeito constitucional do Município de Jurupiranga, no uso de suas atribuições institucionais, previstas na Lei Orgânica Municipal.

FACO SABER que a Egrégia Câmara de Vereadores deste Município APROVOU, e Eu, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o § 8º, do Art. 27, da Lei Nº 638/2020, de 19 de novembro de 2018, passando a vigorar com nova redação:

~~§ 8º O valor da bolsa-auxílio será de R\$ 600,00 (seiscentos reais), mensais, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado dos últimos 12 (doze) meses, na data de 1º de março de cada ano.~~

Nova redação

§ 8º O valor da bolsa-auxílio será de um salário mínimo nacional vigente, mensal, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado dos últimos 12 (doze) meses, na data de 1º de março de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor com a respectiva publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Jurupiranga, em 02 de outubro de 2020.

PAULO DÁLIA TEIXEIRA
Prefeito

Publicado por:
Edivânio Bernardo dos Santos
Código Identificador:B8134A15

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO - EXTRATO DE CONTRATO**

GABINETE DO PREFEITO - EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.º 309/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00019/2020
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURUPIRANGA
CONTRATADA: OLIVEIRA & EULÁLIO PRODUTOS DE LIMPEZAS LTDA – ME, CNPJ nº 07.324.070/0001-44.
OBJETO: Registro de Preços, para aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Jurupiranga.
VALOR TOTAL: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
FONTES DE RECURSOS: PAB, FUS, PSF, CEO e FMS.
VIGÊNCIA: 30/09/2020 a 31/12/2020.

Juripiranga (PB), 30 de setembro de 2020.

PAULO DÁLIA TEIXEIRA
Prefeito

DALVACI MARIA PEREIRA
Gestora do FMS

Publicado por:
Edivânio Bernardo dos Santos
Código Identificador:CCA6E3A0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º
00032/2020

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 00032/2020

A Prefeitura Municipal de Juripiranga, através do Pregoeiro Oficial do Município, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 00032/2020, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o **Registro de Preços**, para a aquisição de materiais elétricos em geral, destinados a manutenção das atividades de diversas Secretarias do Município de Juripiranga, no dia 16/10/2020 às 09h00min, no **Clube Municipal (Centro Recreativo Municipal de Juripiranga/PB. (Por trás da Prefeitura), na Rua Piauí, SN, Centro. Juripiranga/PB.**

O Edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações e Compras, na Rua São Paulo, nº 67, centro, no horário das 08:00 às 12:00 horas, nesse instante, apenas em expediente interno, conforme Decretos Municipais ou Podendo ser obtido gratuitamente no Portal da Transparência do Município, no site do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e pelo e-mail: **cpljuripiranga@gmail.com**
Informações pelo telefone: (0xx83) 8795-6228, até o dia 15/10/2020.

Juripiranga(PB), 05 de outubro de 2020.

EDIVÂNIO BERNARDO DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Edivânio Bernardo dos Santos
Código Identificador:4B835804

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º
00033/2020

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 00033/2020

A Prefeitura Municipal de Juripiranga, através do Pregoeiro Oficial do Município, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 00033/2020, DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando o **Registro de Preços**, para aquisição de materiais de construção em geral, destinados à manutenção das atividades de diversas Secretarias do Município de Juripiranga, no dia 16/10/2020 às 11h15min, no **Clube Municipal (Centro Recreativo Municipal de Juripiranga/PB. (Por trás da Prefeitura), na Rua Piauí, SN, Centro. Juripiranga/PB.**

O Edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações e Compras, na Rua São Paulo, nº 67, centro, no horário das 08:00 às 12:00 horas, nesse instante, apenas em expediente interno, conforme Decretos Municipais ou Podendo ser obtido gratuitamente no Portal da Transparência do Município, no site do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e pelo e-mail: **cpljuripiranga@gmail.com**
Informações pelo telefone: (0xx83) 8795-6228, até o dia 15/10/2020.

Juripiranga(PB), 05 de outubro de 2020.

EDIVÂNIO BERNARDO DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Edivânio Bernardo dos Santos
Código Identificador:BD2649E4

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º
00017/2020

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 00017/2020

A Pregoeira Oficial comunica a suspensão do Pregão Presencial nº 00017/2020, que objetiva: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PINTURA PREDIAL EXTERNO E INTERNO, LOMBADAS E MEIOS FIOS, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA – PB.** Justificativa: Razões de interesse público. Informações: no horário das 08:00 às 13:00 horas dos dias úteis, no seguinte endereço - Rua Jose Benício de Araújo, 121 - Centro - Massaranduba - PB. Telefone: (83) 3399-1105. E-mail: **publicacaodiarios@gmail.com**

Massaranduba - PB, 02 de Outubro de 2020

ÂNGELA MARIA BARBOSA DE ARAUJO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Silvania Alves Santos
Código Identificador:F3BE5FC6

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA N.º
DV00016/2020

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA N.º
DV00016/2020

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00016/2020, que objetiva: **SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS COM COLOCAÇÃO DE POSTES E LÂMPADA LED, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA – PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: FRANCINALDO DE LIMA TAVARES - R\$ 32.449,91.**

Massaranduba - PB, 05 de Outubro de 2020.

PAULO FRACINETTE DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Silvania Alves Santos
Código Identificador:68726501

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - DISPENSA N.º
DV00016/2020

GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - DISPENSA N.º
DV00016/2020

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: **SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS COM COLOCAÇÃO DE POSTES E LÂMPADA LED, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA – PB; DESIGNO os servidores José Gilson Lima Silva, Secretário Infra Estrutura, como Gestor; e Lucilio José dos Santos Vieira, Engenheiro Civil, para Fiscal, do contrato decorrente da Dispensa de Licitação nº DV00016/2020, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente.**

Massaranduba - PB, 05 de Outubro de 2020.

PAULO FRACINETTE DE OLIVEIRA

Prefeito

Publicado por:

Silvania Alves Santos

Código Identificador:03BB4B10

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTADAS

GABINETE DO PREFEITO

**PORTARIA Nº 446/2020 - . EXONERAR A PEDIDO, O
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, ÍTALO PEEREIRA
CHAVES**

PORTARIA Nº 446/2020

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MONTADAS, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal Nº 217/1990, *caput* do art. 36 da Lei Municipal Nº 257/97, Lei Municipal Nº 411/2013 e da Lei Municipal Nº 472/2017

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, o servidor público municipal, **ÍTALO PEEREIRA CHAVES**, ocupante do cargo efetivo de **auxiliar de serviços diversos**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme portaria nº 131/2015 e matrícula nº 3091. Em observância a Decisão nº 129/2020 da Secretaria Municipal de Administração, conforme termos do Processo Administrativo nº 162/2020.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo todos os seus efeitos de direito.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Montadas/PB, 30 de setembro de 2020. 57º da Emancipação Política.

JONAS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Gilson Santiago

Código Identificador:977CA68B

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE HOREBE

GABINETE DO PREFEITO

**DECRETO Nº 027/2020 - DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO
PARCIAL DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS ANTERIORES
E DA ADOÇÃO DE NOVAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS E
GRADATIVAS DESTINADAS AO ENFRENTAMENTO DA
EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA, DECORRENTE DA
PANDEMIA DO COVID-19**

DECRETO Nº 027/2020, DE 03 DE OUTUBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO PARCIAL DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS ANTERIORES E DA ADOÇÃO DE NOVAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS E GRADATIVAS DESTINADAS AO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA, DECORRENTE DA PANDEMIA DO COVID-19, REGULAMENTANDO OS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº. 13.979/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO os estudos científicos e avaliações mais atualizadas sobre a disseminação e os efeitos da pandemia do COVID 19, por meio do resultado de estudos divulgados em 26/03/2020, pelo

o **Imperial College of London**[1], que apresentou os números previstos para os desfechos da pandemia em todos os países, nos cenários sem intervenção, com mitigação, e com supressão;

CONSIDERANDO a análise das opiniões técnicas diversas sobre o tema, que tem gerado grandes polêmicas a respeito dos efeitos das medidas administrativas adotadas;

CONSIDERANDO a necessidade de se criar mecanismos eficazes para prevenção e combate à disseminação da referida doença e que há alternativas que permitem a prevenção e combate à disseminação do vírus, de forma a garantir um mínimo equilíbrio social e econômico;

CONSIDERANDO que as medidas radicais que determinaram a quase que completa suspensão das atividades comerciais são tão graves quanto os efeitos fisiológicos do COVID19 em cada indivíduo;

CONSIDERANDO que o poder público tem a obrigação de buscar medidas equilibradas de proteção dos indivíduos, em todos os aspectos, proteção social e econômica;

CONSIDERANDO a possibilidade de conscientização da população para cooperação ampla na adoção das medidas de biossegurança a serem praticadas por toda a sociedade;

CONSIDERANDO o compromisso da sociedade em seguir todas as medidas de segurança para prevenção e combate à referida doença, bem como a grande oportunidade de evolução na consciência coletiva em relação às medidas de higiene coletiva e individual, algo que até então não tinha muita importância para grande maioria da população brasileira;

DECRETA as novas medidas de prevenção e combate ao COVID 19, nos seguintes termos:

Art. 1º Este decreto ratifica parte das medidas administrativas anteriores e regulamenta **NOVAS medidas temporárias de forma gradativa** a serem adotadas no âmbito do **Município de Monte Horebe**, Estado da Paraíba, para enfrentamento da emergência em saúde pública, decorrente da pandemia do **COVID-19**, revogando-se as disposições em contrário estabelecidas nos Decretos anteriores, convalidando as medidas já executadas, que passam a seguir as determinações a seguir.

Art. 2º Fica autorizado o **restabelecimento parcial das atividades econômicas** exercidas neste município, **DE FORMA RESTRITIVA**, das 07:00 horas da manhã até às 17:00 da tarde de cada dia de funcionamento, desde que sejam **INTEGRALMENTE atendidas as exigências previstas nos Arts. 6º e 7º deste decreto**;

Art. 3º Para fins de fiscalização das exigências sanitárias deste decreto, fica o Município autorizado a realizar a contratação direta de pessoas físicas e/ou jurídicas, mediante terceirização de mão-de-obra, para composição dos **grupos de inspeções sanitárias**, nos termos do art. 24, IV, da Lei nº. 8.666/93, para realização das seguintes atividades:

I – notificações necessárias ao efetivo cumprimento do presente decreto;

II – formalização de autos de infrações;

III – Executar ordens de interdição temporária dos estabelecimentos comerciais descumpridores das normas sanitárias estabelecidas neste decreto, podendo, inclusive, utilizar a força, no exercício do poder de polícia administrativa;

IV – solicitar o auxílio da força da Polícia Militar do Estado da Paraíba, quando necessário ao cumprimento de suas atribuições;

§1º Os serviços temporários de fiscalização sanitária poderão ser realizados por qualquer pessoa física ou jurídica, contratada nos termos do art. 24, IV, da Lei nº. 8.666/93, não havendo necessidade de comprovação por parte do agente público contratado de experiência de trabalho específico, bastando, para tanto, a comprovação de conclusão do ensino médio e capacidade de compreender as normas a serem executadas no exercício da função;

§2º o contrato de prestação de serviços não gerará qualquer direito subjetivo ao contratado, quanto à estabilidade no serviço público, sendo vínculo de natureza precária, com prazo de vigência igual ao do presente decreto;

§3º Todos os agentes sanitários especiais de prevenção de combate ao COVID19 estarão subordinados às ordens do Comitê de Monitoramento das Ações de Prevenção e Combate ao COVID19, constituído nos termos do **art. 17** deste decreto;

§4º o valor dos contratos dos agentes fiscais sanitários especiais deverá cobrir o montante total correspondente a um salário mínimo atual, integrando ao mesmo, 25% (vinte e cinco por cento) de adicional noturno, 25% (vinte e cinco por cento) de insalubridade, férias proporcionais, terço de férias proporcional e décimo terceiro proporcional;

§5º Os fiscais sanitários especiais atuarão em regime de plantão de 24h (vinte e quatro horas) trabalhadas, com folgas intercaladas de 72h (setenta e duas horas);

§6º Os fiscais sanitários deverão compor grupos de inspeções nos plantões, em quantidade mínima e suficiente, não inferior a dois agentes, para conseguir executar com segurança as ordens de notificações, autuações e interdições dos estabelecimentos infratores;

§7º O regime de atuação dos grupos de inspeções especiais sanitárias será distribuído nos termos da escala de trabalho disposta no anexo I deste decreto;

Art. 4º Para o enfrentamento da emergência em saúde poderão ser adotadas as seguintes medidas:

I – isolamento social;

II – quarentena dos suspeitos de infecção(covid-19) e daqueles que possivelmente aportarem ao município oriundos de viagens de outros municípios ou estados de risco epidemiológico;

III - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas;
- e) tratamentos médicos específicos;

IV - estudo ou investigação epidemiológica;

V - requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipóteses em que será garantido o pagamento posterior de justa indenização;

VI – proibição de atividades comerciais que gerem qualquer tipo de aglomeração de pessoas;

VII – Suspensão ou cassação de alvarás de localização e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, com consequente interdição da atividade econômica, que insistirem em descumprir as regras deste decreto;

VIII - Representação criminal em face dos representantes legais dos estabelecimentos comerciais que insistirem em exercer suas atividades econômicas após suspensão do alvará de localização e funcionamento, nos termos do art. **472 da Lei de Contravenções Penais** c/c nos termos do **art. 267 e art. 268**, ambos do Código Penal[2] brasileiro;

VIII – adoção de medidas coercitivas para dispersão de aglomeração de pessoas, em locais públicos ou privados, com auxílio da Polícia Militar do Estado da Paraíba;

IX – Representação criminal em face do(a)s demais cidadã(o)s que colocarem em risco a saúde das demais pessoas, nos termos do **art. 267 e art. 268**, do Código Penal brasileiro;

Art. 5º A requisição administrativa, a que se refere o inciso V, do art. 4º, deverá garantir ao particular o pagamento de justa indenização - e observará o seguinte:

I - terá suas condições e requisitos definidos, em portaria emitida pela Secretaria de Saúde, podendo envolver, a depender de cada caso:

a) estabelecimentos privados, independentemente da celebração de contratos administrativos, e;

b) profissionais da saúde, hipótese que não acarretará a formação de vínculo estatutário ou empregatício com a administração pública;

II - a vigência da requisição administrativa não poderá exceder duração da emergência de saúde pública prevista neste decreto;

Art. 6º Ficam terminantemente proibidos, pelos próximos **15 (quinze)** dias, a contar da publicação deste decreto no âmbito do Município de **Monte Horebe/PB**:

I – eventos públicos de qualquer natureza, em estabelecimentos públicos ou privados, que gerem aglomeração de pessoas;

II – atendimento presencial nas repartições públicas, devendo as solicitações de informações, requerimentos administrativos e demais protocolos serem encaminhados para o e-mail gabinete@montehorebe.pb.gov.br, **exceto** as atividades essenciais, tais como: tributação, recursos humanos, gestores, coordenadores, guarda/vigilantes, auxiliar de serviços gerais e todo pessoal de apoio, ficando a critério de revezamento definido pelo seu setor competente, bem como as unidades de saúde que atenderão em regime diferenciado pelas prioridades, nos termos do art. 8º deste decreto;

III – No setor privado, comércio e serviços em geral, que tenham potencial para aglomeração de clientes, **com exceção** dos que aceitarem se adequar ao disposto no art. 7º deste decreto;

IV - viagens de servidores municipais a serviço do Município de **Monte Horebe/PB** para deslocamento no território nacional ou no exterior;

V – concessão de férias de servidores de áreas essenciais ao enfrentamento da pandemia **OU AFASTAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS SEM A DEVIDA REQUISIÇÃO MÉDICA ATESTADA PELO MÉDICO INFECTOLOGISTA POR ESTAREM INCLUIDOS NO GRUPO DE RISCO PELA COVID-19 OU AINDA ESTEJAM SUPOSTAMENTE INCLUIDOS NO ROL DE SUSPEITOS DA COVID-19**;

§1º Em casos excepcionais, o atendimento ao público na sede da Prefeitura de **Monte Horebe/PB** poderá ocorrer mediante o agendamento prévio, via e-mail gabinete@montehorebe.pb.gov.br, ou pelos telefones **(083) 99921-8380, (disque saúde)** desde que aprovado pelo Comitê de Monitoramento;

§2º Os deslocamentos mencionados no inciso IV, deste artigo, poderão ser, excepcionalmente, autorizados pela Secretaria da Administração, após justificativa formal da necessidade, a ser elaborada pelo Secretário da pasta interessada, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias;

§3º Todo servidor municipal que retornar do exterior ou das áreas consideradas de transmissão local, deverá efetuar comunicação imediata à Secretaria da Saúde e permanecer em isolamento domiciliar, mesmo que não apresente qualquer sintoma relacionado ao COVID19;

Art. 7º O comércio de produtos em geral, (supermercados, lojas de roupas, calçados, móveis, materiais em geral) com ou sem estabelecimentos fixos, **somente poderão funcionar desde que mantida as exigências da vigilância sanitária, o distanciamento de até 2,00 metros de cada pessoa, no período previsto no art. 2º, deste decreto**, e os serviços comerciais em geral, **somente poderão funcionar** por meio de controle de fluxo de clientes, **obrigatoriamente**, nos seguintes termos:

I – Para o comércio, com estabelecimentos fixos:

a) Atendimento normal regulamentando o fluxo de pessoas e não aglomerando mais de 10 pessoas por atendimento, oferecendo a completa higienização, ficando **terminantemente proibida a entrada de clientes sem uso de máscara no interior do estabelecimento comercial**, tais comércios somente ficarão de portas abertas das 07:00 horas da manhã até às 17:00 horas da tarde de cada

dia de funcionamento, que **obrigatoriamente estarão, desinfetadas pela empresa, por meio de borrifadas com álcool 70° ou água sanitária** nas partes internas e externas, para evitar que os referidos produtos sejam os condutores do vírus para dentro das residências dos clientes;

b) Entrega a domicílio, por meio de whatsapp, telefone, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação à distância, devendo as sacolas ou caixas que armazenam os produtos serem, **obrigatoriamente, desinfetadas pela empresa, por meio de borrifadas com álcool 70° ou água sanitária** nas partes internas e externas, para evitar que os referidos produtos sejam os condutores do vírus para dentro das residências dos clientes;

c) Todos os funcionários desses estabelecimentos deverão fazer uso obrigatório de máscaras de proteção para evitar a disseminação da doença;

d) TODOS OS CLIENTES AO SE APROXIMAREM DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL EM QUE PRETENDAM A COMPRA DE MATERIAL, DEVERAM OBRIGATORIAMENTE PORTAR USO DE MASCARAS FACIAL, TODOS OS ESTABELECIMENTOS DEVERAM AINDA OFERECEREM AOS SEUS CLIENTES USO DE ALCOOL EM GEL 70°.

e) ESTARÃO FLAXIBILIZADA NESTE MOMENTO O ATENDIMENTO NO INTERIOR DOS RECINTOS DO TIPO: ACADEMIAS, (com atendimento previamente agendado e fluxo de no máximo 10 pessoas por hora/treino, sedo terminantemente proibido o uso de mesmo aparelho de treino por mais de uma pessoa, uso de bebedouros e banheiros somente em casos extremos) IGREJAS, (católicas e evangélicas em geral com capacidade máxima de fies de 30% a cada missa ou cultos), RESTAURANTES, BARES E ÁREAS DE LAZER, (com capacidade máxima de 30% da clientela, mantendo uma distancia mínima de 2,00 metros da cada mesa e no máximo 04 pessoas por mesa).

f) Fica determinado que os estabelecimentos públicos e privados que estejam em funcionamento em todo o território do município de Monte Horebe/PB não permitam o acesso e a permanência no interior das suas dependências de pessoas que não estejam usando máscaras de proteção facial, que poderão ser de fabricação artesanal ou caseira.

g) O descumprimento do disposto na alínea “e” deste artigo ensejará aplicação de multa de R\$ 100,00 (cem reais) por cada pessoa encontrada sem máscara no interior dos estabelecimentos, sem prejuízo da apuração de ilícitos criminais, decorrentes de infração à medida sanitária preventiva (art. 268 do Código Penal) e de desobediência (art. 330 do Código Penal).

h) Os recursos provenientes das multas aplicadas por descumprimento das normas deste decreto serão destinados às medidas de combate ao novo corona vírus (COVID-19).

II – Comércio, sem estabelecimentos fixos:

a) Estarão proibidos ainda os trabalhos, livremente, os vendedores externos, porta a porta, as feiras livres e demais ambulantes, com mero intuito de evitar aglomerações e consequentemente contágio de pessoas pela covid-19;

b) As sacolas ou caixas que armazenam os produtos comercializados deverão ser, **obrigatoriamente, desinfetadas pelo comerciante, por meio de borrifadas com álcool 70° ou água sanitária**, nas partes internas e externas, para evitar que os referidos produtos sejam os condutores do vírus para dentro das residências dos clientes;

III – Serviços, com estabelecimentos fixos:

a) Somente poderão atender mediante controle de fluxo de pessoas, não sendo permitida a presença simultânea de mais de dez clientes no mesmo estabelecimento comercial, podendo controlar o fluxo por meio de espaçamento/marcação de distanciamento de pessoas ou por placas de informações na parte externa do estabelecimento;

b) Estes estabelecimentos de serviços comerciais deverão obrigar o uso de máscaras de proteção e álcool em gel, tanto por parte dos funcionários, como por parte dos clientes;

c) Todos os clientes deverão desinfetar as suas mãos na entrada dos estabelecimentos destes serviços comerciais, que disponibilizarão local, instrumentos e produtos de limpeza adequados para realização da assepsia;

d) Todos os instrumentos de trabalho utilizados na prestação dos serviços deverão ser, **obrigatoriamente**, desinfetados, com uso de

álcool 70° ou água sanitária, ao final de cada atendimento individual;

IV – Serviços, sem estabelecimentos fixos:

a) Estarão autorizados a trabalhar, livremente, pedreiros, eletricitas, pintores, marceneiros, ferreiros, etc, que poderão atuar no exercício de suas atividades comerciais, desde que, obrigatoriamente, façam o uso de máscaras de proteção e demais material de higiênico;

b) Todos os instrumentos de trabalho utilizados na prestação dos serviços deverão ser, **obrigatoriamente**, desinfetados, com uso de **álcool 70° ou água sanitária**, ao final de cada atendimento individual;

V – DO USO OBRIGATORIO DE MASCARAS FACIAL

a) Todos os funcionários do Município de Monte Horebe em serviço estão obrigados a utilizar o uso de máscara fácil para evitar o contágio direto pela covid-19 de igual modo não se infectarem.

b) De igual modo todas as pessoas que circularem em vias públicas ou usufruírem de serviços públicos e estabelecimentos comerciais estarão obrigadas a portar uso de máscara facial no intuito de evitar contrair ou contagiar pessoas.

c) De igual modo sendo todos obrigados o uso de mascaras facial, ficará notificado desde logo, que em desobediência aos itens A e B após constatada por equipe de saúde sanitária poderá responder criminalmente nos termos do art. 132 c/c art. 268 do Código Penal Brasileiro.

Parágrafo único – o descumprimento das cláusulas neste artigo acarretará, de imediato, de forma cautelar, a **suspensão dos alvarás de localização e funcionamento dos estabelecimentos comerciais**, com a consequente interdição temporária, sendo garantida a ampla defesa e o contraditório nos autos do devido processo administrativo, nos termos do **art. 17 deste decreto**, sem prejuízo da **Representação criminal** em face dos representantes legais dos estabelecimentos comerciais que insistirem em exercer suas atividades econômicas após suspensão do alvará de localização e funcionamento, nos termos do **art. 47[3] da Lei de Contravenções Penais** c/c nos termos do **art. 267 e art. 268**, c/c **art. 132** ambos do Código Penal[4] Brasileiro;

Art. 8º A Secretaria da Saúde deverá fiscalizar e impor as seguintes medidas de prevenção ao **COVID-19**:

I. Diante da insuficiência de instrumentos para realização de exames de testes para identificação da doença, para evitar a contaminação dos pacientes que vierem a ter contato, todos os profissionais de saúde que apresentarem sintomas leves de gripe ou resfriado, deverão se afastar das atividades por 15 (quinze) dias, devendo ficar isolados em seus domicílios durante todo esse período. Após esse prazo, deverão retornar às atividades normais;

II. Para substituir os profissionais nos casos identificados no inciso I, a administração poderá realizar a contratação direta, nos termos do art. 16 deste decreto;

III. Os Agentes Comunitários de Saúde, os Agentes de Combate a Endemias, com auxílio dos grupos de inspeção especial sanitária, deverão fiscalizar as condutas de cidadãos que gerem risco de contaminação, devendo impor o isolamento por 15 (quinze) dias para qualquer pessoa egressa de outras cidades e regiões, mesmo que não apresente qualquer sintoma relacionado ao referido vírus;

IV. Os Agentes Comunitários de Saúde, os Agentes de Combate a Endemias, com auxílio dos grupos de inspeção especial sanitária, deverão fiscalizar e impor nas **residências habitadas por idosos**, a proibição de receber e abrigar qualquer pessoa egressa de outras cidades ou regiões, podendo, para tanto, afixar nas portas de entrada das residências de idosos os avisos de alerta em relação ao risco;

V. Caso seja identificada alguma resistência por parte dos cidadãos em cumprir as regras de isolamento e coloquem em risco a saúde pública, os Agentes Comunitários de Saúde, os Agentes de Combate a Endemias, com auxílio dos grupos de inspeção especial sanitária e a própria pessoa que estiver em risco, deverão comunicar, imediatamente, à Secretaria de Saúde, através do telefone disque saúde **(083) 99921-8380** para que seja **requisitado o auxílio da Polícia Militar**, bem como, para que providenciem a devida representação criminal, nos termos do nos termos do Art. 132 c/c **art. 267 e art. 268**, ambos do Código Penal[5] brasileiro;

Art. 9º O atendimento nas unidades de saúde deverá priorizar os casos de urgência, ficando os demais atendimentos realizados sob os seguintes protocolos:

I. Ficam suspensas as **visitas** domiciliares eletivas, mantendo-se a realização de visitas domiciliares apenas em **casos excepcionais**, de extrema necessidade, para que se evite o contato com os idosos, situação na qual será obrigatório o uso de máscaras de proteção, tanto por parte do(a)s agentes de saúde, como por parte do(a)s pacientes atendido(a)s;

II. Ficam suspensos os **atendimento** eletivos, a fim de evitar aglomerações, **mantendo-se os atendimentos prioritários** de intercorrências de idosos, gestantes e crianças, desde que sigam as **medidas de segurança dispostas no parágrafo primeiro deste artigo**;

III. Ficam mantidos os **atendimentos** às Gestantes e à primeira consulta puerperal, em horário agendado e local protegido, e somente poderão ser atendidos por meio das **medidas de segurança dispostas no parágrafo primeiro deste artigo**;

IV. Ficam mantidos os atendimentos do seguimento de crianças em risco e somente poderão ser atendidos por meio das **medidas de segurança dispostas no parágrafo primeiro deste artigo**;

V. Pacientes portadores de doenças crônicas estáveis que necessitem de receituário, deverão procurar (de preferência via telefone) o(a) seu/sua Agente Comunitário de Saúde e/ou a(o) Enfermeira(o) para solicitar e receber o seu receituário;

VI. Pacientes que apresentem os **sintomas leves de gripe** deverão, antes de se dirigir às unidades de saúde, ligar para os números **(083) 99921-8380**, para avaliar a necessidade ou não do atendimento presencial;

VII. Pacientes que apresentem um **quadro mais grave de gripe**, com febres, dores de cabeça, vômitos e complicações decorrentes, deverão se dirigir à unidade da saúde para o atendimento devido e somente poderão ser atendidos por meio das **medidas de segurança dispostas no parágrafo primeiro deste artigo**;

VIII. Demais pacientes que não integrem o grupo de risco e/ou de prioridades, mas que necessitem de atendimento nas unidades de saúde, deverão receber uma ficha de ordem de atendimento e aguardar na área externa da UBSF, evitando aglomerações no interior do prédio e nas salas de espera e somente poderão ser atendidos após chamada da sua vez e por meio das **medidas de segurança dispostas no parágrafo primeiro deste artigo**;

IX. Para outras particularidades não presentes neste decreto, o(a)s pacientes deverão procurar a equipe de saúde para que obtenham a devida orientação de como proceder;

§1º Em todo e qualquer caso que necessite de atendimento presencial de pacientes, deve-se seguir, **obrigatoriamente**, as seguintes medidas de segurança:

a) A Unidade de Saúde somente poderá atender **mediante controle de fluxo de pacientes**, não sendo permitida a **presença simultânea de mais de um(a) paciente**, no mesmo local fechado, podendo controlar o fluxo por meio de placas de informações dispostas nas partes internas e externas da unidade de saúde e distribuição de fichas de atendimento, para permitir a alocação das pessoas em ambientes abertos na parte externa do prédio;

b) Estes estabelecimentos deverão obrigar o uso de máscaras de proteção, tanto por parte dos funcionários, como por parte do(a)s pacientes atendido(a)s;

c) Todo(a)s a(o)s pacientes que vierem a ser atendido(a)s deverão desinfetar as suas mãos na entrada das unidades de saúde, que disponibilizarão local, instrumentos e produtos de limpeza adequados para realização da assepsia;

d) Todos os instrumentos de trabalho utilizados na prestação dos serviços deverão ser, **obrigatoriamente**, desinfetados, com uso de **álcool 70º ou água sanitária**, ao final de cada atendimento individual;

Art. 10º Os serviços vinculados à **Secretaria de Ação/Assistência Social** deverão funcionar de acordo com as seguintes diretrizes:

I. A Secretaria de Ação/Assistência Social deverá criar condições de trabalho virtual (grupos de WhatsApp, etc), para que o(a)s profissionais possam desenvolver atividades em suas residências, como a elaboração de relatórios, **inserção e atualização de dados nos sistemas públicos**, dentre outras atividades;

II. Fica suspensa a realização de ações coletivas (palestras, reuniões, etc), exceto as reuniões através de plataformas digitais, bem como das atividades que possam ser adiadas (a exemplo das ações com o público maiores de 60 anos e crianças);

III. Ficam suspensas as visitas domiciliares;

IV. Fica autorizado o cadastro de novas famílias junto ao programa bolsa família, mediante o envio da documentação via e-mail, direcionadas para o e-mail gabinete@montehorebe.pb.gov.br;

V. Em casos excepcionais, mediante agendamento prévio, pelo telefone **(083) 99921-8380**, poderá haver o atendimento presencial individual, desde que sigam as seguintes medidas de biossegurança:

a) Somente poderão atender **mediante controle de fluxo de pessoas**, não sendo permitida a **presença simultânea de mais de um indivíduo** no mesmo estabelecimento, podendo controlar o fluxo por meio de agendamento prévio ou por placas de informações nas partes internas e externas do estabelecimento;

b) Para o atendimento, será obrigatório o uso de máscaras de proteção, tanto por parte dos funcionários, como por parte das pessoas atendidas;

c) Todas as pessoas que vierem a ser atendidas deverão desinfetar as suas mãos na entrada do estabelecimento, que deverá disponibilizar local, instrumentos e produtos de limpeza adequados para realização da assepsia;

d) Todos os instrumentos de trabalho utilizados na prestação dos serviços deverão ser, **obrigatoriamente**, desinfetados, com uso de **álcool 70º ou água sanitária**, ao final de cada atendimento individual;

Art. 11 A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO deverá manter a suspensão das aulas até que seja atestada pela Organização Mundial de Saúde-OMS e de acordo com a **portaria publicada pelo Ministério da Educação de nº 395 de 15 de Abril de 2020** a plena segurança do corpo discente contra o risco de contaminação da referida doença, que permita o retorno normal das atividades escolares;

§1º Fica autorizada a realização de reuniões/aulas através de plataforma virtuais (grupo de whatsapp ou qualquer outro meio de comunicação eficaz) por parte do **Conselho Municipal de Educação** para deliberar sobre as medidas a serem adotadas para segurança das atividades escolares;

§2º O Conselho Municipal de Educação deliberará sobre o memento seguro e adequado ao retorno das aulas, devendo, para tanto, apresentar fundamentos técnicos que garantam a segurança da saúde do corpo discente;

§3º Os pais de alunos que necessitem de mais informações a respeito, poderão solicitar diretamente pelo telefone **(083) 99921-8380 e 83-99340-3582**.

Art. 12 Os recursos destinados à **merenda escolar** poderão ser alocados para **garantir a alimentação das crianças/jovens devidamente matriculados**, nos termos a serem definidos pelo Ministério da Educação, em relação à execução do PNAE neste período extraordinário;

Art. 13 A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL deverá realizar um cadastro das famílias prejudicadas pela suspensão das atividades econômicas, para que integrem o banco de dados relativo às famílias que estão situação de vulnerabilidade social e econômica, para permitir a doação de cestas básicas.

§1º As famílias que já estão cadastradas, com dados atualizados, não necessitarão passar por nova triagem.

§2º As novas famílias que vierem a ser cadastradas irão receber o benefício na ordem de aprovação de seus cadastros.

Art. 14 As cestas básicas previstas no **art. 12** e no **art. 13**, somente poderão ser entregues nos domicílios dos alunos e das famílias socialmente afetadas, ficando vedada a entrega em qualquer outro local;

§1º - Os agentes da prefeitura encarregados do transporte das cestas básicas somente poderão entregar os produtos depois de adotadas as medidas de biossegurança, onde as partes internas e externas das sacolas deverão ser desinfetadas com borrifadas de álcool 70º, para que não se permita que os alimentos sejam os portadores do vírus e venham a provocar o contágio das famílias;

§2º No ato da entrega das referidas cestas básicas, a família beneficiada deverá, por meio de responsável legal, assinar o termo de recebimento, atestando que os produtos alimentícios foram devidamente repassados à mesma;

§3º Fica vedada a participação de qualquer pré-candidato nas eleições de 2020 nos atos destinados à referida entrega das cestas básicas, sob pena de configuração de conduta vedada prevista no art. 73, §10, da Lei 9504/97;

§4º As Secretarias de Educação e de Desenvolvimento Social deverão elaborar um cronograma de entregas das referidas cestas básicas, com datas, horários e locais de entrega, devendo informar, via ofício, ao Ministério Público do Estado da Paraíba, para querendo, fiscalizar a acompanhar as entregas, conforme disposto no art. 73, §10, da Lei 9504/97;

Art. 15 Fica autorizada, no âmbito municipal, a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para a contratação de profissionais e pessoas jurídicas, aquisição de medicamentos e outros insumos para o enfrentamento da pandemia, nos termos do art. 24, IV, da Lei nº. 8.666/93;

Art. 16 A tramitação de processos referentes às matérias veiculadas neste decreto correrá em regime de urgência e terá prioridade em todos os órgãos e entidades da Estrutura Administrativa do Município de Monte Horebe/PB;

§1º A condução dos processos administrativos em face dos eventuais cidadãos e estabelecimentos que vierem a descumprir as medidas de prevenção e combate à referida doença, será de competência do Comitê de Monitoramento constituído nos termos do **artigo 17** deste decreto;

§2º Os processos administrativos instaurados deverão garantir aos processados o exercício da ampla defesa e do contraditório, devendo-se utilizar, subsidiariamente, o rito processual estabelecido na Lei Federal nº. 9.784/1999;

Art. 17 O Comitê de Monitoramento das Ações de Prevenção e Combate ao COVID19 passa a ser composto pelos ocupantes dos cargos e funções a seguir indicados:

- I – Prefeita(o) Constitucional;
- II – Secretária(o) Municipal de Saúde;
- III – Secretário(o) de Administração;
- IV – Secretária(o) de Educação;
- V – Secretária(o) de Ação Social;
- VI – Procuradoria Jurídica Municipal;

§1º Caberá ao Comitê de Monitoramento das A.P.C. ao COVID19 a emissão de atos complementares necessários para seu fiel cumprimento, podendo, para tanto, consultar representantes de outros órgãos e entidades, públicos ou privados, bem como outras secretarias não elencadas neste decreto;

§2º As reuniões ocorrerão, exclusivamente, de forma virtual, em grupo de trabalho específico “**Comitê MPC CVD 19 M. Horebe**”, para tratar das medidas administrativas;

Art. 18. Ficam mantidas e ratificadas todas as deliberações anteriormente adotadas relativas ao combate da pandemia do novo corona vírus.

Art. 19. Novas medidas poderão ser adotadas, a qualquer momento, em função do cenário epidemiológico do Município.

Art. 20 Este decreto entra em vigor na data sua publicação, reproduzindo seus efeitos enquanto perdurar o estado de emergência em saúde pública, decorrente da pandemia causado pelo COVID19;

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Monte Horebe/PB, 03 de outubro de 2020.

MARCOS ERON NOGUEIRA

Prefeito Municipal

[1] <https://www.imperial.ac.uk/media/imperial-college/medicine/sph/ide/gida-fellowships/Imperial-College-COVID19-Global-Impact-26-03-2020.pdf>

[2] **CÓDIGO PENAL - Art. 267** - Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos: **Pena - reclusão, de dez a quinze anos.** (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990) § 1º - Se do fato **resulta morte, a pena é aplicada em dobro.** Infração de medida sanitária preventiva; **Art. 268** - Infringir **determinação do poder público**, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa. Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro.

[3] **LCP - Decreto Lei nº 3.688 de 03 de Outubro de 1941 - Art. 47.** Exercer profissão ou atividade econômica ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício: Pena - prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa (...);

[4] **CÓDIGO PENAL - Art. 267** - Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos: **Pena - reclusão, de dez a quinze anos.** (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990) § 1º - Se do fato **resulta morte, a pena é aplicada em dobro.** Infração de medida sanitária preventiva; **Art. 268** - Infringir **determinação do poder público**, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa. Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro.

[5] **CÓDIGO PENAL - Art. 267** - Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos: **Pena - reclusão, de dez a quinze anos.** (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990) § 1º - Se do fato **resulta morte, a pena é aplicada em dobro.** Infração de medida sanitária preventiva; **Art. 268** - Infringir **determinação do poder público**, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa. Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro.

Publicado por:

Valdir Manuel da Silva

Código Identificador:6C04D00D

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTEIRO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 33.2.01/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO.
FUNDAMENTO LEGAL: Termo Aditivo de Prazo e Valor nº 33.2.01/2019, Art. 57 Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações.
VIGÊNCIA: De 08/10/2020 até 31/12/2020. Data de Assinatura: 02/10/2020. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Monteiro/ Secretaria Municipal de Educação **ANNA LORENA DE FARIAS LEITE NÓBREGA** e a Licitante **LARYSSA DE SOUSA SILVA ALEIXO – ME.**

Publicado por:

Erinaldo Araújo Sousa

Código Identificador:FDC860E9

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTEIRO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº: 33.2.02/2019**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO.
FUNDAMENTO LEGAL: Termo Aditivo de Prazo e Valor nº 33.2.02/2019, Art. 57 Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações.
VIGÊNCIA: De 09/10/2020 até 31/12/2020. Data de Assinatura: 02/10/2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Monteiro / Secretaria Municipal de Educação ANNA LORENA DE FARIAS LEITE NÓBREGA e a Licitante MARIA DE FÁTIMA BEZERRA DA SILVA – ME.

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:423FA84D

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTEIRO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº
DP15028/2020**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a **Dispensa de Licitação nº DP15028/2020**, que **OBJETIVA: AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS PARA PREVENÇÃO AO COVID-19**; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: HS INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - R\$ 49.999,20.

Monteiro - PB, 05 de Outubro de 2020

ANA PAULA BARBOSA OLIVEIRA MORATO
Gestora FMS

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:BD926B62

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTEIRO
EXTRATO DE CONTRATO –FMS**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS PARA PREVENÇÃO AO COVID-19. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº **DP15028/2020**. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Monteiro: Gestão/Unidade: Fundo Municipal de Saúde – Secretaria Municipal de Saúde Fonte: Órgão: 14 – Secretaria Municipal de Saúde Unidade Orçamentária: 014 – Fundo Municipal de Saúde. Programa de Trabalho: 10.301.1010.2073.1214 – Manutenção de Outros Programas de Saúde. Natureza de Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo. VIGÊNCIA: até 05/12/2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Monteiro/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e: CT Nº 68101/2020 - 05.10.20 - HS INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - CNPJ 24.383.582/0001-09 - R\$ 49.999,20. LOCAL DE ENTREGA: Neste Município.

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:FAD34C63

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO 0.2.008/2020**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Monteiro, através da Presidente da Comissão e Equipe de Apoio, TORNA PÚBLICA a abertura da licitação, TOMADA DE PREÇO 0.2.008/2020, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE DA RUA LIMÃO NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO/PB**. A sessão da licitação será realizada no dia 22 de Outubro de 2020, às 10:00h (horário local). Valor Estimado R\$ 208.984,95, na sala de reuniões da CPL. Estando o edital e seus anexos disponíveis no setor de licitação da Prefeitura Municipal de Monteiro, à Rua Dr. Alcindo Bezerra de Menezes, nº 13, 1º Andar, Centro, Monteiro – PB, bem como no site do TCE <https://tramita.tce.pb.gov.br/tramita/pages/main.jsf> e no portal <https://www.monteiro.pb.gov.br/licitacoes>. Demais informações pelo telefone (83) 3351-1544 ou e-mail licitacaopmmonteiro@gmail.com.

Informamos ainda que só será permitida a entrada de um representante por empresa, o qual deverá se identificar em todas as barreiras sanitárias que forem parados dentro do nosso Município, cada representante só entrar no local de julgamento se estiver devidamente equipado com os itens de proteção (Mascara, álcool em gel e luvas), além de portar seu material de uso individual como caneta, bloco de anotação, entre outros

Monteiro-PB, 05 de Outubro de 2020.

ANNE RAFAELLE DE SANTA CRUZ MELO
Presidente da Comissão

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:54060628

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE
CONTRATO 166/2018**

Por este instrumento administrativo de rescisão unilateral, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS - PB**, inscrita no CNPJ nº 09.084.815/0001-70, localizada na Av. Epitácio Pessoa, 91, Centro, Patos – PB, neste ato representado pelo Prefeito Interino Antônio Ivanês de Lacerda, fundamentado na Cláusula Decima Primeira – Da Rescisão, do Contrato nº 166/2018, Processo Administrativo nº 022/2018, Concorrência nº 03.001/2018, firmado com a Empresa **CONSBRAIL - CONSTRUTORA BRASIL LTDA**, inscrita sob CNPJ 03.086.586/0001-47, situada a Rua São Sebastião, 169 Bairro Torre, João Pessoa/PB, CEP: 58.040 - 250, com fundamento previsto no art. 78, XII, da Lei 8.666/93, expõe as seguintes razões: CONSIDERANDO, que os atos da Administração Pública buscam a satisfação do interesse público, e os contratos administrativos são revestidos de prerrogativas para o seu exercício, dentre eles o poder de rescisão por conveniência do interesse público; CONSIDERANDO, que a empresa contratada não atendeu as expectativas desta edilidade, não cumprindo o cronograma da obra, devido a intempérie externos. CONSIDERANDO, que a obra contratada é de suma importância para o público-alvo da pavimentação, bem como a todos os cidadãos que transitam nas ruas a serem pavimentadas, não pode em hipótese alguma ser interrompida e paralisada a presente obra, devendo ser licitado novamente com maior brevidade possível, visto que a empresa atualmente contratada já informou que não possui condições de dar continuidade à obra.

RESOLVE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Rescindir o Contrato nº 166/2018, que teve por objeto Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação paralelepípedos em diversos bairros do Município de Patos-PB, referente ao Processo Administrativo nº 022/2018, CONCORRÊNCIA Nº 03.001/2018, celebrado entre o **MUNICÍPIO DE PATOS** e a Empresa **CONSBRAIL - CONSTRUTORA BRASIL LTDA**, com fulcro no art. 78, XII, cumulado ao art. 79, I, ambos da Lei 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO – Pelo presente instrumento de distrato amigável, por razões de interesse público e de alta relevância e amplo conhecimento, esposadas nas considerações do preâmbulo do presente instrumento, como base na motivação recém exposta, fica a sua eficácia convalidada a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Município de Patos.

CLÁUSULA SEGUNDA – Referendado pelo que dispõe a cláusula primeira, revogam-se as disposições em contrário, considerando extintas as obrigações assumidas e convencionadas no contrato originário da licitação pertinente pelo Poder Público municipal em decisão administrativa.

Subscreve o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, em presença das testemunhas abaixo.

Patos, 28 de setembro de 2020.

ANTÔNIO IVANES DE LACERDA

Prefeito Interino

Publicado por:

Jose Vandebil de Araujo Fragoso

Código Identificador:CCEE6477

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO - TOMADA
DE PREÇO Nº 006/2020

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de Pavimentação em Paralelepípedo em diversas Ruas do Município de Patos - PB, referente ao Contrato de Repasse nº 1064831-55/2019.

O MUNICÍPIO DE PATOS por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 0447/2020, torna público, para conhecimento de todos os interessados, e em atendimento aos art. 43, inciso III e 109 da Lei 8.666/93, concedendo prazo de cinco dias úteis para apresentação de recurso, que após analisar a documentação da licitante, a luz das exigências editalícias e da legislação vigente, DECIDIU:

HABILITAR a Empresa F. COSTA CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) nº. 37.325.870/0001-40, e que a empresa atende as exigências do edital e os requisitos de habilitação.

Outrossim, informamos ainda, que a Comissão de Licitação, não havendo apresentação de recurso, ocorrerá sessão pública no dia 15 de outubro de 2020, às 09h00min (horário local), onde será aberto e julgado o envelope de proposta de preço.

INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter informações na sala da CPL, no Centro Administrativo Municipal Aderbal Martins de Medeiros, situado à Rua Horácio Nóbrega, S/N, Bairro Belo Horizonte – Patos - PB, nos dias úteis, no horário de 8h00 as 14h00 h.

PATOS - PB, 05 de setembro de 2020.

JOSE VANDEBIL DE ARAUJO FRAGOSO

Presidente da CPL/PM

Publicado por:

Jose Vandebil de Araujo Fragoso

Código Identificador:A160B779

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
003/2020 - CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Período para apresentação da Documentação de Habilitação e Projeto de Venda: De 05/10/2020 até o dia 19/10/2018.

Data da abertura dos envelopes: 20/10/2020 às 09h00min (horário local)

Local: Escola Municipal José Permínio Wanderley
 Rua: Vereador José Caetano Filho, S/N Bairro: Santa Gertrudes Patos-PB

Legislação Aplicável: Lei Federal nº 11.947, de 16 de julho de 2009
 Resolução/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013

O edital com os dados completos encontra-se disponível gratuitamente aos interessados na Escola Municipal José Permínio Wanderley. Rua: Vereador José Caetano Filho, S/N Bairro: Santa Gertrudes Patos-PB, em todos os dias úteis, no horário das 07h30min as 11h 00min.

Patos-PB, 05 de OUTUBRO de 2020.

JOELMA GOMES DA SILVA

Presidente da CPL

Publicado por:

Jose Vandebil de Araujo Fragoso

Código Identificador:4942BF3A

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE
PREÇOS Nº 00009/2020

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00009/2020, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DA EMEF TERTULIANO PEREIRA DE ARAÚJO E DO CENTRO DE PROCESSAMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CPAE), CONFORME PROJETO BÁSICO; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: VERTICALIZA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME - R\$ 94.530,02.

Picuí - PB, 05 de Outubro de 2020

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:E304A1E1

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO

PROCESSO: Tomada de Preços nº 00009/2020. OBJETO: Contratação de Empresa de Construção Civil, para Execução de Obras de Reforma da EMEF Tertuliano Pereira de Araújo e do Centro de Processamento da Alimentação Escolar (cpae), Conforme Projeto Básico. NOTIFICAÇÃO: Convocamos a seguinte empresa para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores: Verticaliza Construções e Serviços Ltda - ME - CNPJ 25.207.290/0001-70. INFORMAÇÕES: na sede da CPL, Rua Antônio Firmino - Centro Administrativo, 348 - Monte Santo - Picuí - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3371-2126.

Picuí - PB, 06 de Outubro de 2020

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:C659D50F

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00024/2020

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00024/2020, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE SOLDA, SERRALHARIA PARA CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE PEÇAS METÁLICAS, LANTERNAGEM E PINTURA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: GILMAR DE ARAUJO FERREIRA 07535203469 - R\$ 43.200,00.

Picuí - PB, 05 de Outubro de 2020

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:A67DDFF2**GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR ATA E CONTRATO**

PROCESSO: Pregão Presencial nº 00024/2020. OBJETO: Contratação de Serviço de Mão de Obra de Solda, Serralharia para Confeção e Manutenção de Peças Metálicas, Lanterna e Pintura, Conforme Termo de Referência. NOTIFICAÇÃO: Convocamos a seguinte empresa para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores: Gilmar de Araújo Ferreira 07535203469 - CNPJ 25.011.738/0001-85. INFORMAÇÕES: na sede da CPL, Rua Antônio Firmino - Centro Administrativo, 348 - Monte Santo - Picuí - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3371-2126.

Picuí - PB, 06 de Outubro de 2020

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:B5DF4CD5**GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00023/2020**

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00023/2020, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES POR IMAGEM DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DE PICUÍ E OPCIONALMENTE DE MUNICÍPIOS PACTUADOS, CONFORME DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: - **GAMA SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA-EPP** – CNPJ: **23.871.427/0001-60**. Valor -R\$: **265.628,88**.

Picuí - PB, 05 de outubro de 2020

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:01EC6C11**GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR ATA E CONTRATO**

PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 00023/2020. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES POR IMAGEM DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DE PICUÍ E OPCIONALMENTE DE MUNICÍPIOS PACTUADOS, CONFORME DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. NOTIFICAÇÃO: Convocamos a seguinte empresa para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores: GAMA SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA-EPP CNPJ- **23.871.427/0001-60**. INFORMAÇÕES: na sede da CPL, Rua Antônio Firmino - Centro Administrativo, 348 - Monte Santo - Picuí - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3371-2126.

Picuí - PB, 05 de outubro de 2020

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:204A5363**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2020**

Instrumento: Distrato de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços por Excepcional Interesse Público nº 034/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Picuí.

Contratado: Ricardo Igor de Oliveira.

Objeto: Prestar serviços de Fiscal de Vigilância Sanitária deste município.

Assinatura: 21 de julho de 2020.

Signatários: Olivânio Dantas Remígio e Ricardo Igor de Oliveira.

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:FEDDA980**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 471/2020**

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008 e considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 609/2020** da Procuradoria Jurídica do Município.

R E S O L V E:

Incorporar ao tempo de serviço da servidora **ROSÉLIA MARIA DE ARAÚJO LIMA**, matrícula nº 0000469, Supervisora Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o quantum de 6.338 (seis mil, trezentos e trinta e oito) dias, referentes aos períodos de 01/07/1980 a 30/04/1983, 01/09/1986 a 31/03/1987, 01/05/1987 a 31/01/1988, 01/08/1993 a 31/12/1993, 01/04/1995 a 31/12/1998 e 08/02/1999 a 21/02/2008, nos termos do art. 40, § 9º da Constituição Federal combinado com o art. 71 da Lei Complementar Municipal nº 01, de 23 de maio de 2008, revogadas as Portarias Nº 385/2016 e Nº 229/2020.

Picuí-PB, 05 de outubro de 2020.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS

Secretário de Administração

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:396DC348**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 472/2020**

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008, e considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 606/2020** da Procuradoria Jurídica do Município.

R E S O L V E:

Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora **VITÓRIA RAVENNA FREIRES LIRA DE SOUZA**, matrícula nº 0066710, Agente Administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Administração, relativas ao período de 2018/2019, nos termos do Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis de Picuí, contados a partir de 23/11/2020 a 22/12/2020.

Picuí-PB, 05 de outubro de 2020.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS

Secretário de Administração

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:338A798F**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL****COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE JULGAMENTO PROPOSTA CONCORRÊNCIA Nº
005/2020****OBJETO:** EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL PÚBLICA DE DRENAGENS DE CANAIS (GALERIA E24+5,00 – E41+10,13) E TRAVESSIAS TR-03 E TR-06 NA CIDADE DE POMBAL – PB.

A Prefeitura Municipal de Pombal, através da Comissão Permanente de Licitação da PMP, constituída pela Portaria nº 001/2020, comunica aos interessados que após exame da proposta comercial da referida Concorrência, foi CLASSIFICADA: 1º lugar - **GERPLAN ENGENHARIA LTDA**, R\$ 366.808,33; 2º lugar - **PACTO CONSTRUÇÕES EIRELI**, R\$ 420.021,03; 3º lugar - **FERREIRA DOS SANTOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, R\$ 469.698,33; 4º lugar - **POMBAL CONSTRUTORA E LOCADORA EIRELI**, R\$ 472.577,41. DESCCLASSIFICADAS: **COESA LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, por ter descumprido os itens 8.1, “e”, 8.1.1.1, 8.1.2.1 E 8.5 do edital; **SOMOS CONSTRUÇÕES EIRELI**, por ter descumprido os item 8.1, “b”, 8.1.1.1 do edital. O relatório detalhado da CPL encontra-se no setor de licitação a disposição dos interessados para vistas, abrindo-se o prazo recursal na forma da Lei.

Pombal, 05 de outubro de 2020.

ERISTON DE ABRANTES PONTES

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:

Thalita Livia Melo Barbosa

Código Identificador:F44BE78D**GABINETE
EXTRATO ADITIVO****ADITIVO:** Segundo aditivo do contrato n.º 0360/2018**OBJETO:** Locação de 01 (um) imóvel residencial localizado na cidade de pombal-PB, para o funcionamento da Coordenadoria da Mulher, SPA Empreender, Central de Interpretes de Libras e Programa Criança Feliz vinculados à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de Pombal-PB.**CONTRATADA:** FRANCISCO JOSÉ DE ASSIS NETO**CPF:** 058.500.454-49**MOTIVO:** Prorrogação de Prazo**VIGÊNCIA DO ADITIVO:** 27 de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020**FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:** art. 57, II da Lei 8.666/93.

Pombal, 18 de setembro de 2020.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA

Prefeito/ Contratante

FRANCISCO JOSÉ DE ASSIS NETO

Contratado

Publicado por:

Thalita Livia Melo Barbosa

Código Identificador:AA897B29**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 764/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1899/2020, e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe o art. 70 da LM nº 717/91 c/c art. 2º e seu parágrafo único, da LM nº 1632/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - INDEFERIR, o pleito de **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**, formulado pelo(a) servidor(a) público(a) municipal efetivo, **FRANCICLEIDE LEITE**, ocupante do cargo público efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, mat.: 1262, por não atendimento a exigência legal – atividade em local não considerado, pela legislação municipal, insalubre.

Art. 2º - Registre-se esta decisão na pasta funcional da servidora, com arquivamento de uma via desta portaria.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 16 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa

Código Identificador:857692A8**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 765/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1857/2020, e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe o art. 70 da LM nº 717/91 e o art. 2º, inciso II, da LM nº 1632/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - DEFERIR, o pleito de **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**, formulado pelo(a) servidor(a) público(a) municipal, **GILBERLÂNDIA MOURA DA SILVA ABRANTES**, ocupante do cargo público efetivo de **Técnica em Enfermagem**, mat.: 1799, lotada na Secretaria do(e) Saúde e prestando serviços no(a) Centro de Atendimento para o Enfrentamento ao COVID 19, zona urbana deste município.

Art. 2º - Registre-se esta decisão na pasta funcional da servidora, com arquivamento de uma via desta portaria.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, cujos efeitos serão retroativos a 03 de setembro de 2020, data do requerimento do benefício.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 16 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa

Código Identificador:390C3359

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 766/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1825/2020, e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe o art. 70 da LM nº 717/91 c/c art. 2º e seu parágrafo único, da LM nº 1632/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - INDEFERIR, o pleito de **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**, formulado pelo(a) servidor(a) público(a) municipal efetivo, **JAIRIO DOS SANTOSA NERY**, ocupante do cargo público efetivo de **Enfermeiro**, mat.: 0295, por não atendimento a exigência legal de inserção de cargo em rol taxativo, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º - Registre-se esta decisão na pasta funcional da servidora, com arquivamento de uma via desta portaria.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 16 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:AE538A61

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 767/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1769/2020, a prova constante nos autos e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe o art. 115 da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao(à) servidor(a) público municipal, **INGRID DAYANNA DA COSTA MARINHO**, ocupante do cargo público efetivo de **Técnica em Enfermagem**, mat.: 1786, **AFASTAMENTO REMUNERADO**, por 07 (sete) dias consecutivos, em razão do seu casamento, nos termos do art. 115, inciso III, alínea “a” da LM nº 717/91, tendo por termo inicial o dia 19 de agosto de 2020.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de agosto de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 16 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:9A336C85

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 768/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado(a), que originou o(s) Processo(s) Administrativo(s) nº(s) 1714/2020, as provas ali constantes e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe o art. 90 e ss da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, à servidora pública municipal, **LUANA DA SILVA SALDANHA CAVALCANTE**, ocupante do cargo público efetivo de **Enfermeira**, mat.: 1462, **LICENÇA GESTANTE**, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, tendo por termo inicial do benefício, o dia 17 de agosto de 2020.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 17 de agosto de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 16 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:D377D89B

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 769/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado(a), que originou o Processo Administrativo nº 1691/2020, as provas ali constantes e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe o art. 98 da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao(à) servidor(a) público(a) municipal, **MARIA APARECIDA PEREIRA DE SOUSA**, ocupante do cargo público efetivo de **Artesã**, mat.: 1415, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA**, pelo período de 30 (trinta) dias, tendo por termo inicial do benefício, o dia 12 de agosto de 2020.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 12 de agosto de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 16 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:D495A505

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 770/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1855/2020, as provas ali constantes e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe o art. 98 da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores, bem como o fato de ter havido concessão de benefício de mesma espécie, consoante processo administrativo nº 1768/2020 e Portaria SEAD/PMP nº 750/2020, em intervalo inferior a 60 (sessenta) dias, estando o benefício atingido pelo disposto no art. 84 da LM nº 717/91;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao(a) servidor(a) público municipal, **JESIKA MARIA LACERDA ALVES**, ocupante do cargo público efetivo de **Cuidadora**, mat.: 2189, **PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA**, por mais 11 (onze) dias, tendo por termo inicial deste pleito, o dia 06 de setembro de 2020.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 06 de setembro de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 16 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:1FDC17F7

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 771/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1767/2020 e o(s) documento(s) que o garante;

CONSIDERANDO, ainda, os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 83, inciso IV e 98, da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores e o Decreto Municipal nº 1522/2011, que regulamenta o funcionamento de junta médica no âmbito do município;

RESOLVE:

Art. 1º - INDEFERIR, o pleito de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, formulado pelo(a) servidor(a) público municipal, **RAFAELA DUARTE DE ANDRADE**, ocupante do cargo público efetivo de **Auxiliar de Saúde Bucal**, mat.: 1139, por não atendimento ao contido no art. 24 do Decreto Municipal nº 1522/2011.

Art. 2º - Registre-se a negativa do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta, cujo desconto deverá ser efetivado quando do próximo pagamento da servidora, excetuado o desconto caso a secretaria de lotação considere o atestado médico para fins de abono de falta, devendo ser ouvida a respeito antes do efetivo desconto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 16 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:2893FD69

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 772/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1899/2020, e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 12, 13 e anexos da LM nº 679-A/90 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - INDEFERIR, o pleito de **PROGRESSÃO FUNCIONAL para a Classe B**, formulado pelo(a) servidor(a) público(a) municipal, **FRANCICLEIDE LEITE**, ocupante do cargo público efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, mat.: 1262, face a ausência de previsão legal (não cumprimento de interstício temporal mínimo).

Art. 2º - Registre-se esta decisão na pasta funcional da servidora, com arquivamento de uma via desta portaria.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 16 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:
Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:43172C15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 773/2020

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1920/2020, bem como os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos e a documentação probatória acostada nos autos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 83 a 89, da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao(à) servidor(a) público(a) municipal, **IENE CRISTINA PESSOA DOS SANTOS**, ocupante do cargo público efetivo de **Técnico em Farmácia**, mat.: 1343, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, pelo período de 60 (sessenta) dias, tendo por termo inicial do benefício, o dia 09 de setembro de 2020, devendo o(a) servidor(a) ser encaminhado(a) ao INSS após o 15º dia da data do afastamento, ficando obrigado(a) de anexar em sua pasta funcional o protocolo do benefício previdenciário e prova de posterior concessão.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta e ciência à secretaria de lotação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 09 de setembro de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 21 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA
Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:
Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:C526311C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 774/2020

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1932/2020, bem como os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos e a documentação probatória acostada nos autos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 83 a 89, da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao(à) servidor(a) público(a) municipal, **VIRGINIA MARQUES PEREIRA**, ocupante do cargo público efetivo de **Bioquímica**, mat.: 0782, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, pelo período de 30 (trinta) dias, tendo por termo inicial do benefício, o dia 14 de setembro de 2020, devendo o(a) servidor(a) ser encaminhado(a) ao INSS após o 15º dia da data do

afastamento, ficando obrigado(a) de anexar em sua pasta funcional o protocolo do benefício previdenciário e prova de posterior concessão.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta e ciência à secretaria de lotação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 14 de setembro de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 21 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA
Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:
Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:998A753F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 775/2020

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1901/2020, e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 62, inciso VII, 74, 76 e 78 da LM nº 717/91 c/c com a Portaria MF nº 15, de 16 de janeiro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - DEFERIR, o pleito de **ABONO FAMILIAR (Salário Família)**, formulado pelo(a) servidor(a) público(a) municipal, **MARIO DANILO VIEIRA MACHADO**, ocupante do cargo público efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, mat.: 1613, lotado na Secretaria de(o) Educação deste município, nos termos e limites da legislação aplicável.

Art. 2º - Registre-se esta decisão na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de setembro de 2020.

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 21 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA
Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:
Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:6FF17B52

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 776/2020

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1898/2020 e a(s) prova(s) que garante(m) o pedido;

CONSIDERANDO, ainda, os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 83 a 89, da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao(a) servidor(a) público(a) municipal, **RAYANA ALENCAR DE ALMEIDA**, ocupante do cargo público efetivo de **Assistente Social**, mat.: 2154, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, pelo período de 12 (doze) dias, tendo por termo inicial do benefício, o dia 26 de agosto de 2020.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta e ciência à secretaria de lotação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 26 de agosto de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 21 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:E2FFB155

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 777/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1696/2020, e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 12 e 13 da LM nº 679-A/90 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, o pleito de **PROGRESSÃO FUNCIONAL para a Classe B**, formulado pelo(a) servidor(a) público(a) municipal, **CÍZIA DE ASSIS ROMEU**, ocupante do cargo público efetivo de **Assistente Social**, mat.: 0211, lotado(a) na Secretaria do(e) Trabalho e Desenvolvimento Social, deste município.

Art. 2º - Registre-se esta decisão na pasta funcional do(a) servidor(a), com posterior arquivamento de uma via desta portaria, bem como proceda com a implementação das vantagens decorrentes desta decisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 13 de agosto de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 21 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:4DA44714

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 778/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1914/2020, e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 12, 13 e anexos da LM nº 679-A/90 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - INDEFERIR, o pleito de **PROGRESSÃO FUNCIONAL para a Classe B**, formulado pelo(a) servidor(a) público(a) municipal, **ELISANGELA NASCIMENTO CRUZ**, ocupante do cargo público efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, mat.: 2136, face a ausência de previsão legal (não cumprimento de interstício temporal mínimo).

Art. 2º - Registre-se esta decisão na pasta funcional da servidora, com arquivamento de uma via desta portaria.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 21 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:4D04993B

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 779/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1909/2020, e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 12 e 13 da LM nº 679-A/90 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, o pleito de **PROGRESSÃO FUNCIONAL para a Classe B**, formulado pelo(a) servidor(a) público(a) municipal, **HELENA KAROLYNE ARRUDA GUEDES**, ocupante do cargo público efetivo de **Enfermeira**, mat.: 1271, lotado(a) na Secretaria do(e) Saúde, deste município.

Art. 2º - Registre-se esta decisão na pasta funcional do(a) servidor(a), com posterior arquivamento de uma via desta portaria, bem como proceda com a implementação das vantagens decorrentes desta decisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 09 de setembro de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 21 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇASecretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB**Publicado por:**
Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:C5D89F2B**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
PORTARIA SEAD/PMP Nº 780/2020

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1908/2020, e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 12 e 13 da LM nº 679-A/90 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, o pleito de **PROGRESSÃO FUNCIONAL para a Classe B**, formulado pelo(a) servidor(a) público(a) municipal, **IVONETE ALVES DA SILVA**, ocupante do cargo público efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, mat.: 1266, lotado(a) na Secretaria do(e) Saúde, deste município.

Art. 2º - Registre-se esta decisão na pasta funcional do(a) servidor(a), com posterior arquivamento de uma via desta portaria, bem como proceda com a implementação das vantagens decorrentes desta decisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 14 de setembro de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 21 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇASecretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB**Publicado por:**
Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:D9171FCD**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
PORTARIA SEAD/PMP Nº 781/2020

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1910/2020, e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 12 e 13 da LM nº 679-A/90 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, o pleito de **PROGRESSÃO FUNCIONAL para a Classe B**, formulado pelo(a) servidor(a) público(a) municipal, **VÂNIA LÚCIA ALVES**, ocupante do cargo público efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, mat.: 1265, lotado(a) na Secretaria do(e) Saúde, deste município.

Art. 2º - Registre-se esta decisão na pasta funcional do(a) servidor(a), com posterior arquivamento de uma via desta portaria, bem como

proceda com a implementação das vantagens decorrentes desta decisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 09 de setembro de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 21 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇASecretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB**Publicado por:**
Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:6594D231**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
PORTARIA SEAD/PMP Nº 782/2020

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1935/2020 e a(s) prova(s) que garante(m) o pedido;

CONSIDERANDO, ainda, os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 83 a 89, da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao(à) servidor(a) público(a) municipal, **ADRIANO DA NÓBREGA PEREIRA**, ocupante do cargo público efetivo de **Agente de Trânsito**, mat.: 1500, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, pelo período de 08 (oito) dias, tendo por termo inicial do benefício, o dia 14 de setembro de 2020.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta e ciência à secretaria de lotação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 14 de setembro de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇASecretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB**Publicado por:**
Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:76E7B8DB**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
PORTARIA SEAD/PMP Nº 783/2020

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1936/2020 e a(s) prova(s) que garante(m) o pedido;

CONSIDERANDO, ainda, os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 83 a 89, da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao(à) servidor(a) público(a) municipal, **MARIA JOSINEIDE RODRIGUES DE ASSIS LEITE**, ocupante do cargo público efetivo de **Agente Comunitário de Saúde**, mat.: 0110, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, pelo período de 07 (sete) dias, tendo por termo inicial do benefício, o dia 15 de setembro de 2020.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta e ciência à secretaria de lotação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 15 de setembro de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:
Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:07E82770

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 784/2020

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado(a), que originou o(s) Processo(s) Administrativo(s) nº(s) 1959/2020, as provas ali constantes e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe o art. 90 e ss da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, à servidora pública municipal, **ADRIANA GALDINO DE ALMEIDA**, ocupante do cargo público efetivo de **Técnica em Enfermagem**, mat.: 1400, **LICENÇA GESTANTE**, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, tendo por termo inicial do benefício, o dia 12 de setembro de 2020.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 12 de setembro de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:
Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:B71E2DB6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 785/2020

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1939/2020, bem como os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos e a documentação probatória acostada nos autos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 83 a 89, da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao(à) servidor(a) público(a) municipal, **MARIA GARCIA DE SOUSA**, ocupante do cargo público efetivo de **Agente Comunitário de Saúde**, mat.: 0106, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, pelo período de 60 (sessenta) dias, tendo por termo inicial do benefício, o dia 15 de setembro de 2020, devendo o(a) servidor(a) ser encaminhado(a) ao INSS após o 15º dia da data do afastamento, ficando obrigado(a) de anexar em sua pasta funcional o protocolo do benefício previdenciário e prova de posterior concessão.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta e ciência à secretaria de lotação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 15 de setembro de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:
Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:9759F1C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 786/2020

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1958/2020 e a(s) prova(s) que garante(m) o pedido;

CONSIDERANDO, ainda, os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 83 a 89, da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao(à) servidor(a) público(a) municipal, **SINVALDO ARAÚJO DO Ó**, ocupante do cargo público efetivo de **Odontólogo**, mat.: 0057, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, como **PRORROGAÇÃO DE ANTERIORMENTE CONCEDIDA**, por via da Portaria SEAD/PMP nº 748/2020, pelo período de 15 dias, tendo por termo inicial do benefício, o dia 02 de setembro de 2020.

Art. 2º - Caso a soma desta licença, tida como prorrogação, com a(s) anteriormente concedidas supere o prazo de 15 (quinze) dias, deve o(a) servidor(a) ser encaminhado ao INSS para requerer benefício a que faz jus ficando obrigado(a) a anexar em sua pasta funcional o protocolo do benefício previdenciário e prova de posterior concessão.

Art. 3º - Registre-se a concessão do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos 17 de setembro de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:7F07E407

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 787/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado(a), que originou o(s) Processo(s) Administrativo(s) nº(s) 1937/2020, as provas ali constantes e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe o art. 90 e ss da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, à servidora pública municipal, **WALESKA KELLY ALMEIDA DOS SANTOS**, ocupante do cargo público efetivo de **Médica Veterinária**, mat.: 0719, **LICENÇA GESTANTE**, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, tendo por termo inicial do benefício, o dia 15 de setembro de 2020.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 15 de setembro de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:82CFB4F1

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 788/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1947/2020, e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 12 e 13 da LM nº 679-A/90 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, o pleito de **PROGRESSÃO FUNCIONAL para a Classe B**, formulado pelo(a) servidor(a) público(a) municipal, **ROSSANA GOMES TRIGUEIRO RIBEIRO**, ocupante do cargo público efetivo de **Agente Fiscal de Tributos Diversos**, mat.: 2134, lotado(a) na Secretaria do(e) Finanças, deste município.

Art. 2º - Registre-se esta decisão na pasta funcional do(a) servidor(a), com posterior arquivamento de uma via desta portaria, bem como proceda com a implementação das vantagens decorrentes desta decisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 18 de setembro de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:2B96103B

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 789/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1951/2020 e o(s) documento(s) que o garante;

CONSIDERANDO, ainda, os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 83 a 89, da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores e o Decreto Municipal nº 1522/2011, que regulamenta o funcionamento de junta médica no âmbito do município;

RESOLVE:

Art. 1º - INDEFERIR, o pleito de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, formulado pelo(a) servidor(a) público municipal, **ANA CLÁUDIA FREITAS ALVES**, ocupante do cargo público efetivo de **Enfermeira**, mat.: 1464, por não atendimento ao contido no art. 24 do Decreto Municipal nº 1522/2011.

Art. 2º - Registre-se a negativa do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta, cujo desconto deverá ser efetivado quando do próximo pagamento da servidora, excetuado o desconto caso a secretaria de lotação considere o atestado médico para fins de abono de falta, devendo ser ouvida a respeito antes do efetivo desconto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:221D0936

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 790/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1919/2020 e o(s) documento(s) que o garante;

CONSIDERANDO, ainda, os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os art. 83 a 89, da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores e o Decreto Municipal nº 1522/2011, que regulamenta o funcionamento de junta médica no âmbito do município;

RESOLVE:

Art. 1º - INDEFERIR, o pleito de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, formulado pelo(a) servidor(a) público municipal, **ALEXSANDRO DA SILVA FERNANDES**, ocupante do cargo público efetivo de **Agente Comunitário de Saúde**, mat.: 0066, por não atendimento ao contido no art. 24 do Decreto Municipal nº 1522/2011.

Art. 2º - Registre-se a negativa do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta, cujo desconto deverá ser efetivado quando do próximo pagamento da servidora, excetuado o desconto caso a secretaria de lotação considere o atestado médico para fins de abono de falta, devendo ser ouvida a respeito antes do efetivo desconto.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:1D9D4854

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA SEAD/PMP Nº 791/2020

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1957/2020, e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe o art. 70 da LM nº 717/91 c/c art. 2º e seu parágrafo único, da LM nº 1632/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - INDEFERIR, o pleito de **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**, formulado pelo(a) servidor(a) público(a) municipal efetivo, **ERIVALDO DE SOUSA ALMEIDA**, ocupante do cargo público efetivo de **Motorista**, mat.: 2773, por não atendimento a exigência legal de comprovação de atividade insalubre.

Art. 2º - Registre-se esta decisão na pasta funcional da servidora, com arquivamento de uma via desta portaria.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:72DC879E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA SEAD/PMP Nº 792/2020

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1752/2020 e a(s) prova(s) que garante(m) o pedido;

CONSIDERANDO, ainda, os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 83 a 89, da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao(à) servidor(a) público(a) municipal, **MARIA CLIDINEIDE DA SILVA CARLOS**, ocupante do cargo público efetivo de **Técnica em Enfermagem**, mat.: 0038, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, pelo período de 14 (quatorze) dias, tendo por termo inicial do benefício, o dia 20 de agosto de 2020.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta e ciência à secretaria de lotação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 20 de agosto de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:73296A89

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA SEAD/PMP Nº 793/2020

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado(a), que originou o Processo Administrativo nº 1946/2020, as provas ali constantes e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe o art. 98 da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao(à) servidor(a) público(a) municipal, **ANA PAULA ARAUJO**, ocupante do cargo público efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, mat.: 0999, **LICENÇA PARA TRATAMENTO**

DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, pelo período de 04 (quatro) dias, tendo por termo inicial do benefício, o dia 15 de setembro de 2020.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria na referida pasta.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 15 de setembro de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 25 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:0E57F034

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 794/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1538/2020 e a(s) prova(s) que garante(m) o pedido;

CONSIDERANDO, ainda, os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 83 a 89, da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao(a) servidor(a) público(a) municipal, **BENEDITO ALMEIDA DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo público efetivo de **Operário**, mat.: 0495, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, pelo período de 14 (quatorze) dias, tendo por termo inicial do benefício, o dia 07 de agosto de 2020.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria, na referida pasta e ciência à secretaria de lotação, bem como seja procedida com a reposição de salário caso tenha havido o registro de falta no período de gozo da licença ora concedida, com o consequente abono da falta no apontamento individual do(a) servidor(a).

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 22 de setembro de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 25 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:932A97AC

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 795/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado, que originou o Processo Administrativo nº 1987/2020, e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 62, inciso VII, 74, 76 e 78 da LM nº 717/91 c/c com a Portaria MF nº 15, de 16 de janeiro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - INDEFERIR, o pleito de **ABONO FAMILIAR (Salário Família)**, formulado pelo(a) servidor(a) público(a) municipal, **ADRIANA GALDINO DE ALMEIDA**, ocupante do cargo público efetivo de **Técnico em Enfermagem**, mat.: 1400, lotado na Secretaria de Saúde, deste município, por não atendimento a exigência legal (renda superior ao teto legal).

Art. 2º - Registre-se esta decisão na pasta funcional do servidor, com arquivamento de uma via desta portaria.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 25 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:359411F0

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 796/2020**

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições permitidas em lei e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo(a) servidor(a) abaixo nominado(a), que originou o Processo Administrativo nº 1982/2020, a documentação que o garante e os termos do parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, emitido nos referidos autos administrativos;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe os arts. 5º, inciso V, 9º, inciso II e art. 23 e seu parágrafo único, ambos da LM nº 1430/2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, o pleito de **PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL** para a **Referência II**, formulado pelo(a) servidor(a) público(a) municipal, **ROMÉLIA MARIA WANDERLEY CALADO**, ocupante do cargo público efetivo de **Professor da Educação Básica II (MAG II) - Ciências**, mat.: 2038, lotado(a) na Secretaria de Educação deste município.

Art. 2º - Registre-se esta decisão na pasta funcional do(a) servidor(a), com arquivamento de uma via desta portaria, adotando-se as medidas de praxe para implemento das vantagens legais. Dê-se ciência ao(a) interessado(a).

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, embora seus efeitos sejam retroativos a 23 de setembro de 2020.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 25 de setembro de 2020.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal-PB

Publicado por:
Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:33C339B4

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00027/2020

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00027/2020, que objetiva: Contratação de caminhão Pipa para transporte de água potável para suprir as necessidades dos prédios públicos e das famílias residentes nas áreas Rural e Urbana do Município de Santa Cecília; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: LUIZ CLAUDIO JOSE DOS SANTOS - R\$ 21.060,00.

Santa Cecília - PB, 29 de Setembro de 2020

ROBERTO FLORENTINO PESSOA
Prefeito

Publicado por:
Rosiane Livramento da Silva Trindade
Código Identificador:28E422B4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL Nº
00027/2020

OBJETO: Contratação de caminhão Pipa para transporte de água potável para suprir as necessidades dos prédios públicos e das famílias residentes nas áreas Rural e Urbana do Município de Santa Cecília. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00027/2020. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Santa Cecília: 20 542 0601 2041 Manut. da Sec. de Agric. Meio Ambiente 33.90.36 Outros Serviços de Terceiros pessoa Física 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros pessoa Jurídica 02.006 Secretaria de Educação, Cultura e Esporte 12 361 0005 2006 Manutenção do Ensino Fundamental-MDE 33.90.36 Outros Serviços de Terceiros pessoa Física 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros pessoa Jurídica 12 361 0005 2010 Manutenção do Ensino Fundamental com - FUNDEB 40% 33.90.36 Outros Serviços de Terceiros pessoa Física 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros pessoa Jurídica 10 301 0007 2023 Manut. do Fundo Munc. de Saúde 33.90.36 Outros Serviços de Terceiros pessoa Física 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros pessoa Jurídica 10 301 0007 2024 Desenvolver as Atividades do PSF 33.90.36 Outros Serviços de Terceiros pessoa Física 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros pessoa Jurídica 02.002 Governadoria Municipal 04 122 0002 2002 Manter os serv. de Rep. e Assess. do Prefeito 33.90.36 Outros Serviços de Terceiros pessoa Física 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros pessoa Jurídica 02.009 Secretaria de Infra estrutura 15 452 0008 2017 Manut. das ativ. da Se. de Infra estrutura 33.90.36 Outros Serviços de Terceiros pessoa Física 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros pessoa Jurídica 08.008 Fundo Municipal de Assistência Social 08 244 0009 2034 Fundo Munc. de Assistência Social 33.90.36 Outros Serviços de Terceiros pessoa Física. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Santa Cecília e: CT Nº 00079/2020 - 01.10.20 - LUIZ CLAUDIO JOSE DOS SANTOS - R\$ 21.060,00.

Publicado por:
Rosiane Livramento da Silva Trindade
Código Identificador:4ED46107

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DA LAGOA
TAPADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PESQUISA MERCADOLÓGICA

SECRETARIA DE SAÚDE

PESQUISA MERCADOLÓGICA

EMPRESA: _____
CPNJ: _____
ENDEREÇO: _____
Telefone:(____) _____ **E-mail:** _____

Desejando esta Prefeitura Municipal contratar os serviços abaixo especificados para atender as necessidades da secretaria saúde do município de São José da Lagoa Tapada, solicito a fineza de cotar os respectivos preços.

CÓD	PROCEDIMENTO	UND	QUNT	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
01	CONSULTA OFTALMOLÓGICA	UND	50		
02	CIRÚRGIA FACOEMULSIFICAÇÃO (CATARATA)	UND	15		
03	CIRÚRGIA PTERÍGIO	UND	10		
04	ENDOSCOPIA	UND	50		
Total					

VALORTOTAL: _____ (_____)

Forma de Pagamento: _____

Validade da Proposta: _____

CARIMBO DO CNPJ:	_____/_____/_____ ASSNATURA DA EMPRESA
------------------	-------------------------------------------

Publicado por:
Joao Jucelio Silva do Vale
Código Identificador:4914D8C4

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO
CRUZ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 093/2020

REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 093/2020
ATA DA REUNIÃO

Decidiram os membros da CPL, conceder o **CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL** a empresa **G S C CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA (CNPJ nº 14.055.9504/0001-28)**.

São José do Brejo do Cruz/PB, 29 de setembro de 2020.

GENILDA SARAIVA DE ANDRADE
Presidente

SAMARONE PEREIRA BRITO
Membro

ANTÔNIO DE OLIVEIRA NETO
Membro

Publicado por:
Genilda Saraiva de Andrade
Código Identificador:7FF40EF9

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO
UMBUZEIRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00004/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 00004/2020

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua Frei Fernando, S/N - Centro - São Sebastião do Umbuzeiro - PB, às 10:00 horas do dia 23 de Outubro de 2020, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa especializada para execução da Obra de

Reforma e Ampliação do Centro Público de Convivência no Município de São Sebastião do Umbuzeiro– PB, conforme Projeto Básico de Engenharia. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 33041222. E-mail: licitacao@ssdoubuzeiro.pb.gov.br. Edital: <http://www.ssdoubuzeiro.pb.gov.br>; www.tce.pb.gov.br.

São Sebastião do Umbuzeiro - PB, 05 de Outubro de 2020

LEANDRO AUGUSTO ALVES SILVA

Presidente da Comissão

Publicado por:

João Paulo Pereira da Silva

Código Identificador:CDFE9288

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA GRANDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 003/2020 - CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SERRA GRANDE-PB

Dispõe sobre a Aprovação do da prestação de contas do Cofinanciamento Estadual do exercício 2018 e 2019 da Assistência Social – do Município de Serra Grande/PB, e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Serra Grande-PB, instituído através da Lei nº 066/2003 de 03 de Novembro de 2003, Alterada pela Leis: Nº 155/2011 de 14/02/2011, e Nº 170/2012 de 22/06/2012, em conformidade com a reunião ordinária realizada em 02 de Fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de contas da aplicação dos recursos do Cofinanciamento Estadual da Assistência Social, do Município de Serra Grande dos exercícios 2018/2019.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Serra Grande, 05 de Setembro de 2020

VAGNA DE SOUZA LIMA MARTINS

Presidente do CMAS

Publicado por:

Jocã Ladiv de Moura Cruz

Código Identificador:ADDAF0B8

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE

CAMARA MUNICIPAL DE SOLEDADE
ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO
ORDINÁRIO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO
2020

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de setembro de 2020 (dois mil e vinte), às 19h30min no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Soledade - PB na Sede própria, situada à Rua José Francisco de Araújo, 57ª - 1º Andar, sob a Presidência do Vereador José Alves de Miranda Neto, após verificação de quórum feita pelo 1º secretário Reginaldo Gomes Falcão, registrou-se a presença de todos os vereadores. Não havendo discussão ata da sessão anterior foi proclamada aprovada. Não havendo leitura de matérias. Logo após o Presidente declarou aberto o Tema Livre, na oportunidade foi à tribuna o vereador Alexandre Gomes, com o tema “agradecimentos”. Em seguida o Presidente declarou aberta a Ordem do Dia: Emenda Aditiva Nº 001/2020 a medida provisória Nº 003/2020 acrescenta

dispositivo à medida provisória Nº 003/2020 autoria do vereador Reginaldo Gomes Falcão, sendo aprovado por unanimidade de votos; Projeto de Lei de Conversão Nº 003/2020 da medida provisória Nº 003/2020, dispõe sobre a Concessão e criação de gratificação temporária e transitória para servidores que exercem atividades presenciais de enfrentamento, prevenção e combate à corona vírus (COVID-19) e dá outras providências de autoria do poder Executivo, posto em votação, sendo aprovado por unanimidade de votos; Projeto de Decreto Legislativo Nº 015/2020, dispõe sobre a Concessão de Medalha de Honra ao Mérito “Padre Ibiapina”, e dá outras providências, de autoria do vereador Osório Guedes Policarpo Neto, na oportunidade foi à tribuna o autor da matéria, e os vereadores Wellington Di Karlos, Alexandre Gomes, e Adeilson Joelby Martins; Requerimento Nº 032/2020 de autoria do vereador Osório Guedes, na oportunidade foi à tribuna o autor da matéria, sendo posto em votação foi aprovado por unanimidade de votos; Requerimento Nº 033/2020, de autoria do vereador Janiel dos Santos, na oportunidade foi à tribuna o autor da matéria, posto em votação, sendo aprovado por unanimidade de votos. Logo em seguida o Presidente abriu espaço para que os vereadores parabenizassem à cidade por seu aniversário na próxima quinta feira dia 24 de setembro, na oportunidade foram à tribuna os vereadores: Vânia Leal, Osório Guedes e Miranda Neto. Sem nada mais a tratar o Presidente declarou a sessão encerrada. Não havendo nada mais a tratar o Presidente declarou a sessão encerrada. Eu, Reginaldo Gomes Falcão 1º Secretário lavrei a presente Ata.

Sala das Sessões em 21 de setembro de 2020.

REGINALDO GOMES FALCÃO

1º Secretário

JOSÉ ALVES DE MIRANDA NETO

Presidente

Publicado por:

José Alves de Miranda Neto

Código Identificador:85EDFA6E

INST PREVI SERV MUNIC DE SOLEDADE IPSOL
PORTARIA - AVI - Nº 21/2020

GABINETE DA PRESIDENCIA

O Presidente do IPSOL, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo no art. 8 Inciso II da lei 517/2009, consoante os termos do Processo nº 021/2020/IPSOL.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder a MARIA DA CONCEIÇÃO GUIMARÃES DE SOUSA, matrícula nº 00499 ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, **APOSENTADORIA VOLUNTARIA INTEGRAL com TOTALIDADE DA REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO CALCULADA NA FORMA DA LEI** a partir de 01 de OUTUBRO de 2020, calculados nos termos do art. 3º da EC 47/2005, c/c art. 10, §7º da Emenda Constitucional 103/2019. Os pagamentos serão efetuados até o último dia de cada mês.

MILTON MOREIRA RAIMUNDO

Diretor Presidente

Publicado por:

Milton Moreira Raimundo

Código Identificador:9D53F276

INST PREVI SERV MUNIC DE SOLEDADE IPSOL
PORTARIA - AVI - Nº 22/2020

GABINETE DA PRESIDENCIA

O Presidente do IPSOL, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo no art. 8 Inciso II da lei 517/2009, consoante os termos do Processo nº 022/2020/IPSOL.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder a **MARIA DAS GRAÇAS TOMAZ DE LIMA**, matrícula nº 02717 ocupante do cargo de REGETNE DE ENSINO, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, **APOSENTADORIA VOLUNTARIA INTEGRAL** com **TOTALIDADE DA REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO CALCULADA NA FORMA DA LEI** a partir de 01 de OUTUBRO de 2020, calculados nos termos do art. 3º da EC 47/2005, c/c art. 10, §7º da Emenda Constitucional 103/2019. Os pagamentos serão efetuados até o último dia de cada mês.

MILTON MOREIRA RAIMUNDO

Diretor Presidente

Publicado por:

Milton Moreira Raimundo

Código Identificador:6FAD425A

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇO

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇO

TOMADA DE PREÇO N.º 06/2020

Objeto: Contratação de empresa(s) para execução de obra de engenharia: Lote I – Construção de Um Posto de Saúde no Sítio Mucambo; Lote II – Construção de Um Sistema Simplificado de Abastecimento no Povoado Silvestre.

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura de Tavares - PB, torna público que a sessão pública para abertura dos envelopes de Proposta de Preços das empresas habilitadas, será realizada no dia 07/10/2020, às 09:00 horas, no mesmo local da primeira reunião. Qualquer informação poderá ser obtida através da Comissão de Licitação, na Rua Ana Pereira Lima, s/n, Centro, Tavares.

Tavares – PB, em 05 de outubro de 2020.

ABEL ARMISTON FERNANDES MELO

Presidente da CPL

Publicado por:

João Lopes de Sousa Neto

Código Identificador:086321DE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO N.º 159/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E EDILANE CARVALHO ARAÚJO, CNPJ: 12.710.916/0001-14.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde

– 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA** – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - **ELEMENTO DE DESPESA** – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

VALOR GLOBAL: R\$ 404.600,00 (Quatrocentos e Quatro Mil e Seiscentos Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, **AILTON NIXON SUASSUNA PORTO**, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:

João Lopes de Sousa Neto

Código Identificador:3BE7102D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO N.º 160/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E ODONTOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA - ME, CNPJ: 09.478.023/0001-80.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA** – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - **ELEMENTO DE DESPESA** – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

VALOR GLOBAL: R\$ 28.814,00 (Vinte e Oito Mil Oitocentos e Quatorze Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, **AILTON NIXON SUASSUNA PORTO**, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:

João Lopes de Sousa Neto

Código Identificador:48F211C3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO N.º 161/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E RITA DE ANDRADE

VIEIRA/DENTAL ANDRADE COMERCIO
REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS, CNPJ: 10.719.048/0001-08.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA** – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - **ELEMENTO DE DESPESA** – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

VALOR GLOBAL: R\$ 9.297,00 (Nove Mil Duzentos e Noventa e Sete Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, **AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.**

Publicado por:
 João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:58B7FFD8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI, CNPJ: 07.554.943/0001-05.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA** – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - **ELEMENTO DE DESPESA** – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

VALOR GLOBAL: R\$ 34.728,00 (Trinta e Quatro Mil Setecentos e Vinte e Oito Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, **AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.**

Publicado por:
 João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:4977A6CF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, CNPJ: 07.626.776/0001-60.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA** – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - **ELEMENTO DE DESPESA** – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

VALOR GLOBAL: R\$ 34.728,00 (Trinta e Quatro Mil Setecentos e Vinte e Oito Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, **AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.**

Publicado por:
 João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:EF92B2FE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 164/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E CMED DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 20.444.829/0001-90.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**

VALOR GLOBAL: R\$ 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:81ABDAE4

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO N.º 165/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E EP INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS EIRELI, CNPJ: 25.232.234/0001-95.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**

VALOR GLOBAL: R\$ 21.990,00 (Vinte e Um Mil Novecentos e Noventa Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:2BC94441

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO N.º 166/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E HORIZONTE INDUSTRIA E COMERCIO DE APARELHOS MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 08.890.798/0001-04.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**

VALOR GLOBAL: R\$ 37.200,00 (Trinta e Sete Mil e Duzentos Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:663BB83B

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO N.º 167/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E INSTRAMED INDUSTRIA MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 90.909.631/0001-10.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**

VALOR GLOBAL: R\$ 16.530,00 (Dezesseis Mil Quinhentos e Trinta Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:7E5A1D7D

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO N.º 168/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ: 21.971.041/0001-03.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**

VALOR GLOBAL: R\$ 3.297,00 (Três Mil Duzentos e Noventa e Sete Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:D719FC96

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO N.º 169/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E KSS COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA, CNPJ: 79.805.263/0001-28.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**

VALOR GLOBAL: R\$ 81.000,00 (Oitenta e Um Mil Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:758D5ABE

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO N.º 170/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 04.187.384/0001-54.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**

VALOR GLOBAL: R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:95E1531F

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020**EXTRATO DO CONTRATO N.º 171/2020**

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E LETICIA CAMOLESI BAGAO SILVA, CNPJ: 12.807.382/0001-49.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**

VALOR GLOBAL: R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:A2F06A02

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020**EXTRATO DO CONTRATO N.º 172/2020**

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E MAX DIAGNOSTICA COMERCIO E LOCACAO DE ARTIGOS LABORATORIAIS LTDA ME, CNPJ: 07.776.581/0001-05.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**

VALOR GLOBAL: R\$ 68.900,00 (Sessenta e Oito Mil e Novecentos Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:00AC0BA0

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020**EXTRATO DO CONTRATO N.º 173/2020**

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS E VETERINARIOS EIRELI, CNPJ: 20.371.330/0001-09.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**

VALOR GLOBAL: R\$ 4.637,50 (Quatro Mil Seiscentos e Trinta e Sete Reais e Cinquenta).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:01A3055D

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020**EXTRATO DO CONTRATO N.º 174/2020**

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E NORTE GLOBAL TRADE COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA, CNPJ: 14.300.633/0001-20.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta

de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**

VALOR GLOBAL: R\$ 15.800,00 (Quinze Mil e Oitocentos Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:0B611EDB

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO N.º 175/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E NUNES E TENORIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 35.000.390/0001-84.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**

VALOR GLOBAL: R\$ 4.599,00 (Quatro Mil Quinhentos e Noventa e Nove Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:34180FB8

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO N.º 176/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E RAFAEL SOARES CORNETTA 37224601829, inscrita no CNPJ sob o n. 27.302.069/0001-26.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**

VALOR GLOBAL: R\$ 10.738,00 (Dez Mil Setecentos e Trinta e Oito Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:9894E3B9

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO N.º 177/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E RD NEGOCIOS DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 21.972.444/0001-69.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA –**

44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - **ELEMENTO DE DESPESA** – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

VALOR GLOBAL: R\$ 8.759,20 (Oito Mil Setecentos e Cinquenta e Nove Reais e Vinte Centavos).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:40E754AF

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO N.º 178/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E SILVANDRO DIEGO DE ALBUQUERQUE FERREIRA E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 33.613.876/0001-62.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA** – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - **ELEMENTO DE DESPESA** – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

VALOR GLOBAL: R\$ 57.358,00 (Cinquenta e Sete Mil Trezentos e Cinquenta e Oito Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:A52E3986

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO N.º 179/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E SOLUMED SOLUCOES HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 26.749.239/0001-52.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA** – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - **ELEMENTO DE DESPESA** – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

VALOR GLOBAL: R\$ 19.560,00 (Dezenove Mil Quinhentos e Sessenta Reais),.

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:069316B8

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO N.º 180/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E TARCAL COMERCIO DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n. 24.237.168/0001-83.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA** – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - **ELEMENTO DE DESPESA** – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

VALOR GLOBAL: R\$ 7.799,40 (Sete Mil Setecentos e Noventa e Nove Reais e Quarenta).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:203DF69C

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 181/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES – PB, CNPJ: 08.944.092/0001-70 E ZIB COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 32.932.000/0001-16.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos de Informática, Ar-condicionado e Testes Rápido para o Hospital Público Municipal José Leite da Silva, conforme especificações constantes do termo de referência, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2020.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento dos produtos objeto deste contrato, serão pagos com recursos do Governo Federal, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 21.200 Fundo Municipal de Saúde – 10 302 3014 1032 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos para média e Alta Complexidade; **ELEMENTO DE DESPESA** – 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 10 122 3014 2104 – Enfrentamento da Emergência COVID - 19 - **ELEMENTO DE DESPESA** – 3.3.90.30 – Material de Consumo e 44.9052, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

VALOR GLOBAL: R\$ 57.443,00 (Cinquenta e Sete Mil Quatrocentos e Quarenta e Três Reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2020 à 31/12/2020

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 02 de outubro de 2020, AILTON NIXON SUASSUNA PORTO, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:E78D7185

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAÚNA**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
152/2020 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

Portaria nº 152

Uiraúna/PB, 05 de Outubro de 2020.

O prefeito Constitucional do Município de Uiraúna, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, preconizadas na Lei Orgânica Municipal e na Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, do município de Uiraúna/PB, observada a paridade entre os representantes de órgãos e instituições governamentais e de entidades da sociedade civil, conforme composição declinada a seguir:

I-REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

Representantes da Secretaria de Assistência Social:

Clara Maria Honorato de Paula- (Titular)
Francisco José Vieira Duarte- (Suplente)

Representantes da Secretaria de Saúde:

Josefa de Freitas Asselino- (Titular)
Francisca Viviane Costa Alencar- (Suplente)

Representantes da Secretaria de Educação:

Francisca Noélia da Silva Oliveira –(Titular)
Diana Cassimiro Alves - (suplente)

Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças:

Luciano Pereira Ferreira- (Titular)
Raimundo Francisco Sarmento Júnior- (Suplente)

II- REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL:

Representantes de Usuários da Rede Assistencial:

Maria de Fátima Moreira Pinheiro- (Titular)
Zuleide Baltazar Silvano- (Suplente)

Representantes de Entidades de Assistência Social em âmbito Municipal:

Elieuda Maria da Costa – (Titular)
Josefa Celiane sátiro Sobreira- (Suplente)

Representantes de Trabalhadores do SUAS:

Rosimeire da Silva Costa- (Titular)
Wenya Sobrinho Sarmento-(Suplente)

Representantes de Entidades Religiosas:

Lázaro Celestino de Araújo- (Titular)
Antônio Inácio de Ferreira– (Suplente)

Art. 2º. O mandato dos membros acima referidos terá a duração de 02 (dois) anos.

Art. 3º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Uiraúna, 05 de Outubro de 2020.

JOSÉ NILSON SANTIAGO SEGUNDO
Prefeito Constitucional de Uiraúna

Publicado por:
Raiza Thalita Felix Almeida de Moraes
Código Identificador:4036A7FD

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 48 - SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

DECRETO de Nº 48

**NOMEIA OS CONSELHEIROS PARA COMPOR
O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL-CMAS, PARA FINS QUE ESPECIFICA.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE UIRAÚNA, ESTADO da Paraíba, usando de suas atribuições legais constitucionais e de conformidade com a Lei Municipal nº 344/1996 de 12 de Fevereiro de 1996 e alteração na Lei Municipal de nº 807 de 17 de Maio de 2016.

DECRETA:

Art. 6º- O Conselho Municipal da Assistência Social será composto por 08 (oito) membros efetivos e respectivos suplentes, **guardada a paridade entre representantes de órgãos e instituições governamentais e de entidades da sociedade civil ou não governamental.**

I-REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:**a) Representantes da Secretaria de Assistência Social:**

Clara Maria Honorato de Paula- (Titular)
Francisco José Vieira Duarte- (Suplente)

b) Representantes da Secretaria de Saúde:

Josefa de Freitas Asselino- (Titular)
Francisca Viviane Costa Alencar- (Suplente)

c) Representantes da Secretaria de Educação:

Francisca Noélia da Silva Oliveira –(Titular)
Diana Cassimiro Alves - (suplente)

d) Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças:

Luciano Pereira Ferreira- (Titular)
Raimundo Francisco Sarmento Júnior- (Suplente)

II- REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL:**Representantes de Usuários da Rede Assistencial:**

Maria de Fátima Moreira Pinheiro- (Titular)
Zuleide Baltazar Silvano- (Suplente)

Representantes de Entidades de Assistência Social em âmbito Municipal:

Elieuda Maria da Costa – (Titular)
Josefa Celiane Sátiro Sobreira- (Suplente)

Representantes de Trabalhadores do SUAS:

Rosimeire da Silva Costa- (Titular)
Wenya Sobrinho Sarmento-(Suplente)

Representantes de Entidades Religiosas:

Lázaro Celestino de Araújo- (Titular)
Antônio Inácio de Ferreira – (Suplente)

Parágrafo único. O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitido uma recondução consecutiva.

Prefeito Municipal de Uiraúna-PB, 05 de Outubro de 2020.

JOSÉ NILSON SANTIAGO SEGUNDO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Raiza Thalita Felix Almeida de Moraes
Código Identificador:DCB60D0E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
153/2020 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Portaria nº 153

Uiraúna-PB, em 05 de Outubro de 2020.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE UIRAÚNA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR: Francisca Noélia da Silva Oliveira para exercer o Cargo de PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL da Assistência Social deste município de Uiraúna-PB.

GABINETE DO PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE UIRAÚNA-PB, em 05 de outubro de 2020.

JOSÉ NILSON SANTIAGO SEGUNDO.

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Raiza Thalita Felix Almeida de Moraes
Código Identificador:61FF35C9

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS RESOLUÇÃO CMAS Nº 04/2020.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
ITAPORANGA - PB

Lei de Criação nº. 401,402 E 413, de 1996 com alterações pela Lei Municipal nº. 824, de 27 de setembro de 2012, revogadas pela Lei do SUAS nº 970/2018.

Rua: Santos Dumont, 107, Centro de Itaporanga-PB
CEP: 58.780-000 - Fone (83) 3451-2712

RESOLUÇÃO CMAS Nº 04/2020.

APROVA O DEMONSTRATIVO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FEAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2018 DO MUNICIPIO DE ITAPORANGA-PB.

O conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Itaporanga-PB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei de Criação nº. 401,402 E 413, de 1996 com alterações pela Lei Municipal nº. 824, de 27 de setembro de 2012, revogadas pela Lei do SUAS nº 970 de 10 de dezembro de 2018.

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Itaporanga-PB, realizada em 30 de setembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo da Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual dos recursos transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS Exercício Financeiro 2018 para o Fundo Municipal de Assistência Social -FMAS conforme tabela abaixo:

REPASSE ESTADUAL 2018						
Nº Conta Corrente	Descrição conta	Saldo em 31/12/2017	Repasse	Rendimento	Despesa	Saldo em 31/12/2018
32.345-4	PSB	R\$7.002,41	R\$18.344,26	R\$94,76	R\$4.534,16	R\$21.507,27
34.218-1	BE	R\$ 393,02	R\$ 2.797,20	R\$35,18	R\$3.225,00	R\$3.580,40
32.934-7	PSE	R\$15.728,34	R\$ 17.642,26	R\$224,96	R\$11.356,64	R\$22.238,92

Art. 2º - Autorizar a reprogramação do saldo existente em 31 de dezembro de 2018 dos recursos transferidos pelo FEAS no Ano de 2018 para o FMAS objetivando sua devida execução no exercício financeiro do ano de 2019, no valor de R\$ 21.507,27 referentes aos Recursos da Proteção Social Básica, referente aos Benefícios Eventuais o valor foi R\$ 3.580,40; referente aos recursos da Proteção Social Especial o valor de R\$ 22.238,92 conforme plano de aplicação abaixo:

Plano de Aplicação Proteção Social Básica	Valor Total
Custeio	R\$ 6.452,18
Investimento	R\$ 15.055,09
Plano de Aplicação Benefícios Eventuais	Valor Total
Material, para Distribuição Gratuita	R\$ 3.580,40
Plano de Aplicação proteção Social Especial	Valor Total
Custeio	R\$ 15.567,24
Investimento	R\$ 6.671,68

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data para que produza os efeitos legais.

Itaporanga-PB, 30 de setembro de 2020

JOSÉ DIANES LEITE

Presidente do CMAS

Publicado por:
Wesley Alves da Silva
Código Identificador:FDB4B057

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO CMAS Nº 05/2020. – CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
ITAPORANGA - PB

Lei de Criação nº. 401,402 E 413, de 1996 com alterações pela Lei Municipal nº. 824, de 27 de setembro de 2012, revogadas pela Lei do SUAS nº 970/2018.

Rua: Santos Dumont, 107, Centro de Itaporanga-PB
CEP: 58.780-000 - Fone (83) 3451-2712

RESOLUÇÃO CMAS Nº 05/2020.

APROVA O DEMONSTRATIVO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FEAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2019 DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.

O conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Itaporanga-PB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei de Criação nº. 401,402 E 413, de 1996 com alterações pela Lei Municipal nº. 824, de 27 de setembro de 2012, revogadas pela Lei do SUAS nº 970 de 10 de dezembro de 2018.

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Itaporanga-PB, realizada em 30 de setembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo da Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual dos recursos transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS Exercício Financeiro 2019 para o Fundo Municipal de Assistência Social -FMAS conforme tabela abaixo:

REPASSE ESTADUAL 2019						
Nº Conta Corrente	Descrição conta	Saldo em 31/12/2018	Repasse	Rendimento	Despesa	Saldo em 31/12/2019
32.345-4	PSB	R\$21.507,27	-	R\$247,65	R\$14.453,94	R\$7.300,98
34.218-1	BE	R\$ 3.580,40	-	R\$73,41	R\$0,00	R\$3.653,81
32.934-7	PSE	R\$22.238,92	-	R\$356,63	R\$15.178,68	R\$7.416,87

Art. 2º - Autorizar a reprogramação do saldo existente em 31 de dezembro de 2019 dos recursos transferidos pelo FEAS no Ano de 2019 para o FMAS objetivando sua devida execução no exercício financeiro do ano de 2020, no valor de R\$ 7.300,98 referentes aos Recursos da Proteção Social Básica, referente aos Benefícios Eventuais o valor foi R\$ 3.653,81; referente aos recursos da Proteção Social Especial o valor de R\$ 7.416,87 conforme plano de aplicação abaixo:

Plano de Aplicação Proteção Social Básica	Valor Total
Custeio	R\$ 7.300,98
Plano de Aplicação Benefícios Eventuais	Valor Total
Material, para Distribuição Gratuita	R\$ 3.653,81
Plano de Aplicação proteção Social Especial	Valor Total
Custeio	R\$ 7.416,87

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data para que produza os efeitos legais.

Itaporanga-PB, 30 de setembro de 2020

JOSÉ DIANES LEITE
Presidente do CMAS

Publicado por:
Wesley Alves da Silva
Código Identificador:BF59AC4E

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 01/2020 AO CONTRATO N.º 94/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA, CNPJ: 08.944.092/0001-70 e do outro lado **J.J DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP**, CNPJ: 07.187.827/0001-03.

O presente Instrumento tem por objetivo alterar a **Cláusula Terceira** do Contrato nº 94/2020, tendo em vista a necessidade de fazer a aquisição dos itens constantes na tabela abaixo por não serem suficientes até o término da vigência do contrato e com a finalidade de serem realizadas ações de prevenção ao Covid – 19, conforme tabela abaixo:

Código	Produto	Qtde Licitada	Qtde Acrescentada	Valor Unitário	Valor Total
0001	Luvas de Procedimento Látex Pp Cx 100 Und	150 UND	50 UN	R\$ 48,50	R\$ 2.425,00
0002	Luvas de Procedimento Látex P Cx 100 Und	300 UN	150 UN	R\$ 48,50	R\$ 7.275,00
0003	Luvas de Procedimento Látex M Cx 100 Und	300 UN	150 UN	R\$ 48,50	R\$ 7.275,00
0004	Luvas de Procedimento Látex G Cx 100 Und	300 UN	150 UN	R\$ 48,50	R\$ 7.275,00
0006	Máscara Protetora Facial Com Clip Nasal - N95 Ou Equivalente de Capacidade Filtrante 4 Camadas de Proteção Em Tnt 40g/...	2.000 UND	500 UND	R\$ 4,90	R\$ 2.450,00
0018	Álcool Líquido 70% 500ml	400	2000	R\$ 5,20	R\$ 10.400,00
TOTAL DO ADITIVO					R\$ 37.100,00

Parágrafo Primeiro – O presente termo aditivo está respaldado juridicamente no que determina a cláusula décima sexta do contrato originário e com o disposto no art. 65 da lei nº 8.666/93, e alterações posteriores e no Art. 4º - I, da Lei nº 13979/2020.

Parágrafo Segundo – O presente Termo Aditivo será de **R\$ 37.100,00 (Trinta e Sete Mil e Cem Reais)**, que somado ao valor do contrato originário de **R\$ 82.040,06 (Oitenta e Dois Mil Quarenta Reais e Seis Centavos)**, perfaz um valor global de **R\$ 119.140,06 (Cento e Dezenove Mil Cento e Quarenta Reais e Seis Centavos)**.

Parágrafo Terceiro – A **Clausula Terceira** do contrato originário de nº 94/2020, ora alterada, terá a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O Contratante pagará a Contratada a importância com base no preço proposto e aprovado de **R\$ 119.140,06 (Cento e Dezenove Mil Cento e Quarenta Reais e Seis Centavos)**.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA

Todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 94/2020, não alteradas ou retificadas pelo presente Termo, são expressamente ratificadas, para todos os fins de direito. E, por estarem, assim, justas e acertadas, as partes ou seus representantes legais, assinam o presente Termo, que passa a integrar o Contrato originário, para todos os fins de direito.

DATA E ASSINATURA: Manaíra – PB, 28 de setembro de 2020, Manoel Bezerra Rabelo, Prefeito Municipal e Contratado.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:873FA597

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2020/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)				RS 1,00
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b) % (b/a) x 100
RECEITAS DE IMPOSTOS (I)		1.926.695,00	1.945.938,02	1.171.516,54 60,20
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		59.882,00	70.272,02	70.272,02 100,00
IPTU		59.882,00	70.272,02	70.272,02 100,00
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU		0,00	0,00	0,00 0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI		140.613,00	140.613,00	7.222,11 5,14
ITBI		140.613,00	140.613,00	7.222,11 5,14
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI		0,00	0,00	0,00 0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		1.423.951,00	1.423.951,00	782.920,41 54,98
ISS		1.423.951,00	1.423.951,00	782.920,41 54,98
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS		0,00	0,00	0,00 0,00
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF		302.249,00	311.102,00	311.102,00 100,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		19.558.495,80	19.558.495,80	12.957.671,51 66,25
Cota-Parte ITR		3.353,20	3.353,20	1.648,10 49,15
Cota-Parte FPM		8.949.457,60	8.949.457,60	5.869.531,53 65,59
Cota-Parte ICMS		10.449.598,40	10.449.598,40	6.985.757,89 66,85
Cota-Parte IPI-Exportação		13.010,80	13.010,80	3.318,75 25,51
Cota-Parte IPVA		131.050,80	131.050,80	97.415,24 74,33
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		12.025,00	12.025,00	0,00 0,00
Desoneração ICMS - LC 87/1996		12.025,00	12.025,00	0,00 0,00
Outras		0,00	0,00	0,00 0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)		21.485.190,80	21.504.433,82	14.129.188,05 66,25

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	%(d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	%(e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	%(f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.532.043,40	3.532.043,40	2.897.584,83	98,87	2.897.509,33	98,87	2.835.428,40	97,10	82,03
Despesas Correntes	3.514.107,40	3.515.802,55	2.894.900,13	82,34	2.894.824,63	82,34	2.832.743,70	80,57	75,50
Despesas de Capital	17.936,00	16.240,85	2.684,70	16,53	2.684,70	16,53	2.684,70	16,53	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	345.920,00	336.295,04	250.000,00	74,34	250.000,00	74,34	170.000,00	50,55	74,34
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	345.920,00	336.295,04	250.000,00	74,34	250.000,00	74,34	170.000,00	50,55	0,00
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	3.877.963,40	3.868.338,44	3.147.584,83	173,21	3.147.509,33	173,21	3.005.428,40	147,65	75,50

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.147.584,83	3.147.509,33	3.005.428,40
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.147.584,83	3.147.509,33	3.005.428,40
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	2.119.378,21	2.119.378,21	2.119.378,21
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	2.119.378,21	2.119.378,21	2.119.378,21
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.028.206,62	1.028.131,12	886.050,19
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	22,28	22,28	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final Aplicado (I) = (h - (i ou j ou k))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor Aplicado em ASPS no Exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o)	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v)
Empenhos de 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Empenhos de 2016 e Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)										

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final Aplicado (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.283.305,00	4.008.637,79	4.008.637,79	122,09
Proveniente da União	3.283.305,00	4.008.637,79	4.008.637,79	122,09
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	0,00	
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	1.262.194,00	1.262.194,00	363.129,44	28,77
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	4.545.499,00	5.270.831,79	4.371.767,23	150,86

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	%(d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	(e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	(f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.006.156,00	3.032.575,36	2.352.159,96	137,32	2.352.159,96	137,32	2.255.978,90	109,36	0,00
Despesas Correntes	2.953.547,00	3.010.530,08	2.339.014,46	77,69	2.339.014,46	77,69	2.248.333,90	74,68	0,00
Despesas de Capital	52.609,00	22.045,28	13.145,50	59,63	13.145,50	59,63	7.645,00	34,68	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.555.320,00	1.556.255,16	234.286,92	78,91	234.286,92	78,91	223.086,00	75,14	0,00
Despesas Correntes	270.945,00	296.891,33	234.286,92	78,91	234.286,92	78,91	223.086,00	75,14	0,00
Despesas de Capital	1.284.375,00	1.259.363,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	138.970,00	129.615,48	97.144,74	74,95	97.144,74	74,95	96.864,74	74,73	0,00
Despesas Correntes	138.970,00	129.615,48	97.144,74	74,95	97.144,74	74,95	96.864,74	74,73	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	4.700.446,00	4.718.446,00	2.683.591,62	0,00	2.683.591,62	291,19	2.683.591,62	259,23	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	%(d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	(e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	(f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	6.538.199,40	6.564.618,76	5.249.744,79	121,54	5.249.669,29	121,54	5.091.407,30	104,84	75,50
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.901.240,00	1.892.550,20	484.286,92	94,58	484.286,92	94,58	393.086,00	85,79	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	138.970,00	129.615,48	97.144,74	74,95	97.144,74	74,95	96.864,74	74,73	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	8.578.409,40	8.586.784,44	5.831.176,45	291,07	5.831.100,95	291,07	5.831.100,95	265,36	75,50
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes									
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)									

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 28 de setembro de 2020 às 17:30:59

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:48060906

GABINETE DO PREFEITO DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2020/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R\$ 1,00	
IMPACTO DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2020	
		No bimestre	Até o bimestre
TOTAL DE ATIVOS	NADA A REGISTRAR		
Ativos Contabilizados na SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constitucionais pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Garantias Concedidas			

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Do Emte Federado, exceto estatais não dependentes (I)											
Das estatais Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)											
TOTAL DAS DESPESAS											
CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)											
(V = IV / III)											
NOTA:											
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade – Secretaria de Finanças – em 28 de setembro de 2020 as 17:31:39											

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:51C3804F

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – Anexo VIII (LDB, Art. 72)				R\$ 1,00
RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x 100
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	1.926.695,00	1.945.938,02	1.171.516,54	60,20
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	59.882,00	70.272,02	70.272,02	100,00
1.1.1-IPTU	59.882,00	70.272,02	70.272,02	100,00
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	140.613,00	140.613,00	7.222,11	5,14
1.2.1-ITBI	140.613,00	140.613,00	7.222,11	5,14
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.423.951,00	1.423.951,00	782.920,41	54,98
1.3.1-ISS	1.423.951,00	1.423.951,00	782.920,41	54,98
1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	302.249,00	311.102,00	311.102,00	100,00
1.4.1-IRRF	302.249,00	311.102,00	311.102,00	100,00
1.4.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	21.148.535,00	21.148.535,00	12.957.671,51	61,27
2.1-Cota-Parte FPM	10.539.496,80	10.539.496,80	5.869.531,53	61,56
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.949.457,60	8.949.457,60	5.869.531,53	65,59
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	585.744,20	585.744,20	0,00	0,00
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	1.004.295,00	1.004.295,00	0,00	0,00
2.2-Cota-Parte ICMS	10.449.598,40	10.449.598,40	6.985.757,89	66,85
2.3-ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	12.025,00	12.025,00	0,00	0,00
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	13.010,80	13.010,80	3.318,75	25,51
2.5-Cota-Parte ITR	3.353,20	3.353,20	1.648,10	49,15
2.6-Cota-Parte IPVA	131.050,80	131.050,80	97.415,24	74,33
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.075.230,00	23.094.473,02	14.129.188,05	61,18
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x 100
4-RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	896.463,00	982.396,14	304.938,44	31,04
5.1-Transferências do Salário-Educação	0,00	85.933,14	85.933,14	100,00
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	195.103,00	195.103,00	121.317,00	62,18
5.4-Transferências Diretas - PNATE	145.430,00	145.430,00	59.244,85	40,74
5.5-Outras Transferências do FNDE	555.930,00	555.930,00	38.443,45	6,92
5.6-Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	210.994,00	300.000,00	300.000,00	100,00
6.1-Transferências de Convênios	210.994,00	300.000,00	300.000,00	100,00

6.2-Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.107.457,00	1.282.396,14	604.938,44	47,17
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.936.898,00	3.936.898,00	2.496.129,97	63,40
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20,00% de 2.1.1)	1.841.300,00	1.841.300,00	1.098.648,94	59,67
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20,00% de 2.2)	2.089.920,00	2.089.920,00	1.397.151,43	66,85
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20,00% de 2.3)	2.405,00	2.405,00	0,00	0,00
10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20,00% de 2.4)	2.603,00	2.603,00	0,00	0,00
10.5-Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5)	670,00	670,00	329,60	49,19
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20,00% de 2.6)	0,00	0,00	0,00	0,00
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.252.605,00	7.252.605,00	4.584.302,08	63,22
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	6.595.054,00	6.595.054,00	4.147.660,69	62,89
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	655.923,00	655.923,00	436.389,35	66,53
11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.628,00	1.628,00	252,04	15,48
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.658.156,00	2.658.156,00	1.651.530,72	62,13
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	1.651.530,72			
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00			

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.527.247,00	4.527.247,00	2.861.736,45	63,21	2.861.736,45	63,21	0,00
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.527.247,00	4.527.247,00	2.861.736,45	63,21	2.861.736,45	63,21	0,00
13.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	4.527.247,00	4.527.247,00	2.861.736,45	63,21	2.861.736,45	63,21	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	3.018.167,00	3.018.167,00	1.521.606,05	50,41	1.521.606,05	50,41	0,00
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	3.018.167,00	3.018.167,00	1.521.606,05	50,41	1.521.606,05	50,41	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.545.414,00	7.545.414,00	4.383.342,50	58,09	4.383.342,50	58,09	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1 - FUNDEB 60%							0,00
16.2 - FUNDEB 40%							0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							VALOR
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							100,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério [1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							62,42
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							33,19
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							4,38
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020(2)							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1-Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2-Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23-ENSINO FUNDAMENTAL	9.534.669,40	9.534.669,40	6.259.263,53	152,40	6.259.263,53	152,40	0,00
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.545.414,00	7.545.414,00	4.383.342,50	58,09	4.383.342,50	58,09	0,00
23-ENSINO FUNDAMENTAL	9.534.669,40	9.534.669,40	6.259.263,53	152,40	6.259.263,53	152,40	0,00
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.989.255,40	1.989.255,40	1.875.921,03	94,30	1.875.921,03	94,30	0,00
24-ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25-ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27-OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	9.534.669,40	9.534.669,40	6.259.263,53	65,65	6.259.263,53	65,65	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							1.651.530,72
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							436.389,35
31-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
33-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (4)							0,00
34-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)							0,00
35-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34) [6]							2.087.920,07
36-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35)) [6]							4.171.343,46
37-PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % [6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% [5]							29,52
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
38-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

39-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	310.379,00	310.379,00	45.478,39	14,65	45.478,39	14,65	0,00
40-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.247.000,20	1.382.083,20	193.097,92	13,97	193.097,92	13,97	0,00
42-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41)	1.557.379,20	1.692.462,20	238.576,31	14,10	238.576,31	14,10	0,00
43-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	11.092.048,60	11.227.131,60	6.497.839,84	57,88	6.497.839,84	57,88	0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2020 (j)
44-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE						2.820,00	0,00
44.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino						0,00	0,00
44.2-Executadas com Recursos do FUNDEB						2.820,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB						FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019						95.554,53	0,00
46-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE						4.584.050,04	0,00
47-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE						4.477.847,82	0,00
47.1-ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO						4.383.342,50	0,00
47.2-RESTOS A PAGAR						94.505,32	0,00
48-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE						252,04	0,00
49-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE						202.008,79	0,00
50-(+) AJUSTES						0,00	0,00
50.1-RETENÇÕES						0,00	0,00
50.2-CONCILIAÇÃO BANCÁRIA						0,00	0,00
51-(=)SALDO FINANCEIRO CONCILIADO						0,00	0,00

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 28 de setembro de 2020 as 17:29:54

Publicado por:
 Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:76B5B500

GABINETE DO PREFEITO

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2020/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)				R\$ 1,00	
PLANO PREVIDENCIÁRIO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre/ 2020	Até o Bimestre/ 2019	
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Previdenciárias do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	ORÇAMENTÁRIA PREVISÃO	
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	ORÇAMENTÁRIA PREVISÃO	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	
BENS E DIREITOS RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2020	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Previdenciárias do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
RECEITAS CORRENTES				0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)				0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Em 2020
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 28 de setembro de 2020 as 17:25:14

Publicado por:
 Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador: 12F2369A

GABINETE DO PREFEITO

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2020/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO VI (LRF, art 53, inciso III)		RS 1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	36.678.730,22	23.788.156,42
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.990.136,00	1.214.971,92
IRRF	302.249,00	311.102,00
IPTU	59.882,00	70.272,02
ITBI	140.613,00	7.222,11
ISS	1.423.951,00	782.920,41
Outras Receitas Tributárias	63.441,00	43.455,38
Contribuições	909.914,00	491.709,88
Receita Patrimonial	54.758,00	18.776,71
Aplicações Financeiras (II)	54.758,00	18.776,71
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	33.395.785,22	21.928.722,36
Cota-Parte do FPM	7.108.157,60	4.770.882,59
Cota-Parte do ITR	2.683,20	1.318,50
Transferências da LC 87/1996	9.620,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	8.359.678,40	5.588.606,46
Cota-Parte do IPVA	131.050,80	97.415,24
Transferências da LC 61/1989	10.407,80	3.318,75
Transferências do FUNDEB	7.250.977,00	4.584.050,04
Outras Transferências Correntes	10.523.210,42	6.883.130,78
Demais Receitas Correntes	328.137,00	133.975,55
Outras Receitas Financeiras (III)	229.598,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	98.539,00	133.975,55
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	36.394.374,22	23.769.379,71
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.690.258,00	2.130.043,17
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.690.258,00	2.130.043,17
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	1.690.258,00	2.130.043,17
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	1.690.258,00	2.130.043,17
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	38.084.632,22	25.899.422,88

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	31.653.528,37	20.340.610,29	20.332.834,79	19.751.294,66	785.256,83	139.001,00	139.001,00
Pessoal e Encargos Sociais	19.305.872,33	13.953.537,88	13.953.537,88	13.468.392,04	572.039,18	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	1.531,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	12.346.125,04	6.387.072,41	6.379.296,91	6.282.902,62	213.217,65	139.001,00	139.001,00
Demais Despesas Correntes	12.346.125,04	6.387.072,41	6.379.296,91	6.282.902,62	213.217,65	139.001,00	139.001,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Constitucionais e Legais							
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	31.651.997,37	20.340.610,29	20.332.834,79	19.751.294,66	785.256,83	139.001,00	139.001,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	5.596.358,13	1.946.417,20	1.823.677,42	1.729.451,55	82.269,07	186.763,26	186.763,26
Investimentos	4.590.177,13	1.177.788,84	1.055.049,06	960.823,19	82.269,07	186.763,26	186.763,26
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	1.006.181,00	768.628,36	768.628,36	768.628,36	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	4.590.177,13	1.177.788,84	1.055.049,06	960.823,19	82.269,07	186.763,26	186.763,26
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	347.329,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	36.589.504,28	21.518.399,13	21.387.883,85	20.712.117,85	867.525,90	325.764,26	325.764,26
RESULTADO PRIMARIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]							3.994.014,87
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO							VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência							0,00

JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2020
		VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		3.994.014,87
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2019	Até o
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.295.793,75	5.527.165,39
DEDUÇÕES (II)	2.023.548,89	6.307.540,17
Disponibilidade de Caixa	1.613.384,25	5.317.356,96
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.763.024,69	5.585.471,50
(-) Restos a Pagar Processados	1.149.640,44	268.114,54
Demais Haveres Financeiros	410.164,64	990.183,21
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	4.272.244,86	(780.374,78)
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		5.052.619,64
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		881.525,90
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)		0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)		4.171.093,74
RESULTADO PRIMARIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)		4.171.093,74
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00
Recursos arrecadados em exercício anteriores - RPPS		0,00
Superávit financeiro utilizado para abertura e reabertura de créditos adicionais		0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 28 de setembro de 2020 as 17:27:14		

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:4D43D29C

GABINETE DO PREFEITO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	37.079.159,00	40.626.542,64	6.652.489,39	16,37	25.918.199,59	63,80	14.708.343,05
Receitas Correntes	35.388.901,00	37.604.657,47	6.352.489,39	16,89	23.788.156,42	63,26	13.816.501,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.990.136,00	2.009.379,02	312.457,00	15,55	1.214.971,92	60,47	794.407,10
Impostos	1.926.695,00	1.945.938,02	304.612,00	15,65	1.171.516,54	60,20	774.421,48

Taxas	63.441,00	63.441,00	7.845,00	12,37	43.455,38	68,50	19.985,62
Contribuições	909.914,00	909.914,00	61.438,76	6,75	491.709,88	54,04	418.204,12
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	909.914,00	909.914,00	61.438,76	6,75	491.709,88	54,04	418.204,12
Receita Patrimonial	54.758,00	54.758,00	6.718,01	12,27	18.776,71	34,29	35.981,29
Valores Mobiliários	54.758,00	54.758,00	6.718,01	12,27	18.776,71	34,29	35.981,29
Receita de Serviços	76.533,00	114.980,00	0,00	0,00	114.980,00	100,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	76.533,00	114.980,00	0,00	0,00	114.980,00	100,00	0,00
Transferências Correntes	32.105.956,00	34.251.725,90	5.971.875,62	17,44	21.928.722,36	64,02	12.323.003,54
Transferências da União e de suas Entidades	16.723.235,00	18.868.737,38	3.643.266,93	19,31	12.000.105,91	63,60	6.868.631,47
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	8.787.667,00	8.787.934,52	1.396.468,77	15,89	5.780.955,76	65,78	3.006.978,76
Transferências de Outras Instituições Públicas	6.595.054,00	6.595.054,00	932.139,92	14,13	4.147.660,69	62,89	2.447.393,31
Outras Receitas Correntes	251.604,00	263.900,55	0,00	0,00	18.995,55	7,20	244.905,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	22.006,00	34.302,55	0,00	0,00	18.995,55	55,38	15.307,00
Demais Receitas Correntes	229.598,00	229.598,00	0,00	0,00	0,00	0,00	229.598,00
Receitas de Capital	1.690.258,00	3.021.885,17	300.000,00	9,93	2.130.043,17	70,49	891.842,00
Transferências de Capital	1.690.258,00	3.021.885,17	300.000,00	9,93	2.130.043,17	70,49	891.842,00
Transferências da União e de suas Entidades	1.532.156,00	2.645.352,17	300.000,00	11,34	1.830.043,17	69,18	815.309,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	158.102,00	376.533,00	0,00	0,00	300.000,00	79,67	76.533,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	37.079.159,00	40.626.542,64	6.652.489,39	16,37	25.918.199,59	63,80	14.708.343,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	37.079.159,00	40.626.542,64	6.652.489,39	16,37	25.918.199,59	63,80	14.708.343,05
DEFICIT (VI)¹	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL (VII) - (V + VI)	37.079.159,00	40.626.542,64	6.652.489,39	16,37	25.918.199,59	63,80	14.708.343,05
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-	-	0,00	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	37.079.159,00	37.597.216,28	5.835.747,65	22.287.027,49	15.310.188,79	5.724.080,41	22.156.512,21	15.440.704,07	21.342.800,30	0,00
Despesas Correntes	31.001.659,79	31.653.528,37	5.217.583,58	20.340.610,29	11.312.918,08	5.228.656,12	20.332.834,79	11.320.693,58	19.623.091,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	18.112.626,00	19.305.872,33	3.598.945,47	13.953.537,88	5.352.334,45	3.598.945,47	13.953.537,88	5.352.334,45	13.464.788,83	0,00
Juros e Encargos da Dívida	1.531,00	1.531,00	0,00	0,00	1.531,00	0,00	1.531,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	12.887.502,79	12.346.125,04	1.618.638,11	6.387.072,41	5.959.052,63	1.629.710,65	6.379.296,91	5.966.828,13	6.158.302,17	0,00
Despesas de Capital	5.730.169,43	5.596.358,13	618.164,07	1.946.417,20	3.649.940,93	495.424,29	1.823.677,42	3.772.680,71	1.719.709,30	0,00
Investimentos	4.723.988,43	4.590.177,13	415.281,86	1.177.788,84	3.412.388,29	292.542,08	1.055.049,06	3.535.128,07	951.080,94	0,00
Amortização da Dívida	1.006.181,00	1.006.181,00	202.882,21	768.628,36	237.552,64	202.882,21	768.628,36	237.552,64	768.628,36	0,00
Reserva de Contingência	347.329,78	347.329,78	0,00	0,00	347.329,78	0,00	0,00	347.329,78	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX)	37.079.159,00	37.597.216,28	5.835.747,65	22.287.027,49	15.310.188,79	5.724.080,41	22.156.512,21	15.440.704,07	21.342.800,30	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	37.079.159,00	37.597.216,28	5.835.747,65	22.287.027,49	15.310.188,79	5.724.080,41	22.156.512,21	15.440.704,07	21.342.800,30	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	3.761.687,38	-	-	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	37.079.159,00	37.597.216,28	5.835.747,65	22.287.027,49	-	5.724.080,41	25.918.199,59	-	21.342.800,30	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	-	-	0,00	-	-	0,00	-	-

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:7098CB0D

GABINETE DO PREFEITO DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO DE 2020/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										RS 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b / total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d / total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	37.079.159,00	37.597.216,28	5.835.747,65	22.287.027,49	100,00	15.310.188,79	5.724.080,41	22.156.512,21	100,00	15.440.704,07
Legislativa	1.670.000,00	1.670.000,00	290.482,42	1.101.797,34	4,94	568.202,66	290.482,42	1.101.797,34	4,97	568.202,66
Ação Legislativa	1.670.000,00	1.670.000,00	290.482,42	1.101.797,34	4,94	568.202,66	290.482,42	1.101.797,34	4,97	568.202,66

Essencial à Justiça	214.996,00	214.996,00	32.006,52	128.933,34	0,58	86.062,66	32.006,52	128.933,34	0,58	86.062,66	0,00
Def. Interesse Públ. no Proc. Judiciário	214.996,00	214.996,00	32.006,52	128.933,34	0,58	86.062,66	32.006,52	128.933,34	0,58	86.062,66	0,00
Administração	8.571.090,42	8.692.694,29	1.484.154,02	5.680.164,42	25,49	3.012.529,87	1.484.154,02	5.680.164,42	25,64	3.012.529,87	0,00
Administração Geral	3.765.413,00	3.900.491,67	727.105,08	2.619.406,00	11,75	1.281.085,67	727.105,08	2.619.406,00	11,82	1.281.085,67	0,00
Administração Financeira	1.006.181,00	1.006.181,00	202.882,21	768.628,36	3,45	237.552,64	202.882,21	768.628,36	3,47	237.552,64	0,00
Infra-Estrutura Urbana	3.799.496,42	3.786.021,62	554.166,73	2.292.130,06	10,28	1.493.891,56	554.166,73	2.292.130,06	10,35	1.493.891,56	0,00
Assistência Social	1.575.245,00	1.581.964,77	268.725,26	796.344,74	3,57	785.620,03	268.725,26	796.344,74	3,59	785.620,03	0,00
Assistência ao Idoso	68.880,00	67.510,00	0,00	0,00	0,00	67.510,00	0,00	0,00	0,00	67.510,00	0,00
Assistência Comunitária	1.506.365,00	1.514.454,77	268.725,26	796.344,74	3,57	718.110,03	268.725,26	796.344,74	3,59	718.110,03	0,00
Saúde	8.578.409,40	8.586.784,44	1.525.359,44	5.831.176,45	26,16	2.755.607,99	1.529.283,94	5.831.100,95	26,32	2.755.683,49	0,00
Atenção Básica	6.538.199,40	6.564.618,76	1.423.187,46	5.249.744,79	23,56	1.314.873,97	1.427.111,96	5.249.669,29	23,69	1.314.949,47	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.901.240,00	1.892.550,20	75.635,36	484.286,92	2,17	1.408.263,28	75.635,36	484.286,92	2,19	1.408.263,28	0,00
Vigilância Epidemiológica	138.970,00	129.615,48	26.536,62	97.144,74	0,44	32.470,74	26.536,62	97.144,74	0,44	32.470,74	0,00
Trabalho	349.911,00	359.535,96	79.143,23	265.717,31	1,19	93.818,65	79.143,23	265.717,31	1,20	93.818,65	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	349.911,00	359.535,96	79.143,23	265.717,31	1,19	93.818,65	79.143,23	265.717,31	1,20	93.818,65	0,00
Educação	10.777.209,40	10.912.292,40	1.543.382,06	6.497.839,84	29,16	4.414.452,56	1.547.030,10	6.497.839,84	29,33	4.414.452,56	0,00
Ensino Fundamental	10.777.209,40	10.912.292,40	1.543.382,06	6.497.839,84	29,16	4.414.452,56	1.547.030,10	6.497.839,84	29,33	4.414.452,56	0,00
Cultura	1.402.960,00	1.402.960,00	65.550,78	617.296,27	2,77	785.663,73	69.050,78	609.596,27	2,75	793.363,73	0,00
Difusão Cultural	134.479,00	134.479,00	8.620,00	51.356,65	0,23	83.122,35	8.620,00	51.356,65	0,23	83.122,35	0,00
Turismo	1.268.481,00	1.268.481,00	56.930,78	565.939,62	2,54	702.541,38	60.430,78	558.239,62	2,52	710.241,38	0,00
Direitos da Cidadania	135.473,00	136.244,91	20.128,38	85.459,82	0,38	50.785,09	20.128,38	85.459,82	0,39	50.785,09	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	135.473,00	136.244,91	20.128,38	85.459,82	0,38	50.785,09	20.128,38	85.459,82	0,39	50.785,09	0,00
Urbanismo	1.997.455,00	2.090.464,03	399.597,57	760.753,27	3,41	1.329.710,76	276.857,79	638.013,49	2,88	1.452.450,54	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.372.441,00	1.457.090,03	360.573,99	647.437,73	2,90	809.652,30	237.834,21	524.697,95	2,37	932.392,08	0,00
Serviços Urbanos	328.701,00	328.701,00	0,00	0,00	0,00	328.701,00	0,00	0,00	0,00	328.701,00	0,00
Recursos Hídricos	296.313,00	304.673,00	39.023,58	113.315,54	0,51	191.357,46	39.023,58	113.315,54	0,51	191.357,46	0,00
Habitação	51.128,00	185.386,15	31.212,17	88.087,38	0,40	97.298,77	31.212,17	88.087,38	0,40	97.298,77	0,00
Habitação Urbana	51.128,00	185.386,15	31.212,17	88.087,38	0,40	97.298,77	31.212,17	88.087,38	0,40	97.298,77	0,00
Saneamento	180.483,00	180.483,00	0,00	62.599,50	0,28	117.883,50	0,00	62.599,50	0,28	117.883,50	0,00
Serviços Urbanos	180.483,00	180.483,00	0,00	62.599,50	0,28	117.883,50	0,00	62.599,50	0,28	117.883,50	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b / total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d / total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	37.079.159,00	37.597.216,28	5.835.747,65	22.287.027,49	100,00	15.310.188,79	5.724.080,41	22.156.512,21	100,00	15.440.704,07	0,00
Gestão Ambiental	129.498,00	142.058,00	18.307,96	59.414,86	0,27	82.643,14	18.307,96	59.414,86	0,27	82.643,14	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	129.498,00	142.058,00	18.307,96	59.414,86	0,27	82.643,14	18.307,96	59.414,86	0,27	82.643,14	0,00
Agricultura	373.679,00	384.683,55	60.096,71	233.756,91	1,05	150.926,64	60.096,71	233.756,91	1,06	150.926,64	0,00
Abastecimento	373.679,00	384.683,55	60.096,71	233.756,91	1,05	150.926,64	60.096,71	233.756,91	1,06	150.926,64	0,00
Comércio e Serviços	52.215,00	52.215,00	0,00	0,00	0,00	52.215,00	0,00	0,00	0,00	52.215,00	0,00
Comercialização	52.215,00	52.215,00	0,00	0,00	0,00	52.215,00	0,00	0,00	0,00	52.215,00	0,00
Transporte	37.860,00	22.907,00	0,00	6.500,00	0,03	16.407,00	0,00	6.500,00	0,03	16.407,00	0,00
Transporte Rodoviário	37.860,00	22.907,00	0,00	6.500,00	0,03	16.407,00	0,00	6.500,00	0,03	16.407,00	0,00
Desporto e Lazer	634.217,00	634.217,00	17.601,13	71.186,04	0,32	563.030,96	17.601,13	71.186,04	0,32	563.030,96	0,00
Transporte Rodoviário	27.552,00	27.552,00	0,00	0,00	0,00	27.552,00	0,00	0,00	0,00	27.552,00	0,00
Desporto Comunitário	606.665,00	606.665,00	17.601,13	71.186,04	0,32	535.478,96	17.601,13	71.186,04	0,32	535.478,96	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	347.329,78	347.329,78	0,00	0,00	0,00	347.329,78	0,00	0,00	0,00	347.329,78	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Def. Interesse Públ. no Proc. Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b / total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d / total d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	37.079.159,00	37.597.216,28	5.835.747,65	22.287.027,49	100,00	15.310.188,79	5.724.080,41	22.156.512,21	100,00	15.440.704,07	0,00

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 28 de setembro de 2020 as 17:23:46

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:10852A2E

GABINETE DO PREFEITO

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2020

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				RS 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.295.793,75	5.914.303,67	5.527.165,39	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	5.986.654,23	5.605.164,15	5.218.025,87	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	5.303.609,79	5.016.251,60	4.726.993,22	0,00
De Tributos	607.423,46	537.899,68	458.281,38	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	3.650.979,98	3.551.413,60	3.501.263,41	0,00
Do FGTS	1.045.206,35	926.938,32	767.448,43	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	683.044,44	588.912,55	491.032,65	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não 309.139,52 pagos		309.139,52	309.139,52	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.023.548,89	3.269.475,91	6.307.540,17	0,00
Disponibilidade de Caixa	1.613.384,25	2.845.673,90	5.317.356,96	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.763.024,69	3.113.788,44	5.585.471,50	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.149.640,44	268.114,54	268.114,54	0,00
Demais Haveres Financeiros	410.164,64	423.802,01	990.183,21	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I – II)	4.272.244,86	2.644.827,76	(780.374,78)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	32.820.482,49	23.839.041,22	35.961.868,53	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	19,18	24,81	15,37	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	13,02	11,09	(2,17)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – 120%	39.384.578,99	28.606.849,46	43.154.242,24	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%	35.446.121,09	25.746.164,51	38.838.818,02	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	205.411,44	244.824,41	225.767,69	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	533.642,25	207.877,99	207.877,99	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 29 de setembro de 2020 as 07:57:07

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:42E56C2E

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020

RGF – ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				RS 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	32.820.482,49	23.839.041,22	35.961.868,53	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	32.820.482,49	23.839.041,22	35.961.868,53	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – 120%	39.384.578,99	28.606.849,46	43.154.242,24	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	35.446.121,09	25.746.164,51	38.838.818,02	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 29 de setembro de 2020 as 07:58:34				

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:3B58EF13

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")			RS 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO		
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)	
Mobiliária	0,00	0,00	
Interna	0,00	0,00	
Externa	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	
Interna	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00	
Externa	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00	

TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	35.961.868,53	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	35.961.868,53	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.753.898,96	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	5.178.509,06	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.517.330,80	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 29 de setembro de 2020 as 07:59:18

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:ACD21AEB

GABINETE DO PREFEITO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Poder Executivo RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO DE 2020

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R\$ 1,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO		
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)	
Mobiliária	0,00	0,00	
Interna	0,00	0,00	
Externa	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	
Interna	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00	
Externa	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00	
TOTAL (III)	0,00	0,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	35.961.868,53	-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	0,00	-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	35.961.868,53	-	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00	
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.753.898,96	16,00	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	5.178.509,06	14,40	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.517.330,80	7,00	
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO		
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)	
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00	
Tributos	0,00	0,00	
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	
FGTS	0,00	0,00	
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00	
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 29 de setembro de 2020 as 07:59:18			

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:0AE752B8

GABINETE DO PREFEITO DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Prefeitura Municipal de Mataraca - Poder Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO DE 2020

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 48)		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		35.961.868,53	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		35.961.868,53	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		35.961.868,53	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		16.092.600,18	44,75
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=%>		19.419.409,01	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=%>		18.448.438,56	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <=%>		17.477.468,11	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	ATÉ 1º QUADRIMESTRE	ATÉ 2º QUADRIMESTRE	ATÉ 3º QUADRIMESTRE
Divida consolidada líquida	2.644.827,76	(780.374,78)	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	41.363.481,23	43.154.242,24	0,00
GARANTIAS DE VALORES	ATÉ 1º QUADRIMESTRE	ATÉ 2º QUADRIMESTRE	ATÉ 3º QUADRIMESTRE
Total das garantias concedidas	0,00	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	41.363.481,23	43.154.242,24	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		5.753.898,96	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		2.517.330,80	7,00
RESTOS À PAGAR		RESTOS À PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		130.515,28	3.925.857,89
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 29 de setembro de 2020 as 08:03:11			

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 29 de setembro de 2020 as 08:03:11

Publicado por:
 Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:2C86DA33

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATO DE ADJUDICAÇÃO -PREGÃO ELETRÔNICO 006/ 2020

LICITAÇÃO: 080/2020
PREGÃO ELETRÔNICO 006/ 2020

Aquisição de móveis, eletros e material de informática para a nova Unidade da Saúde da Família (UBS) deste município.

ATO DE ADJUDICAÇÃO

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a prática do mercado local.

Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.

Considerando, finalmente o que preconizado o inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal nº. 10.520/2002.

ADJUDICO o presente procedimento em favor da (s) licitante (s):

-

4880		C DE A FERREIRA E CIA LTDA				
Item	Código	CNPJ: 33.330.526/0001-99	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
		R DIOGO LEITE, 100 ***** - SAO JOSE, GARANHUNS - PE, CEP: 55295-170				
		Telefone: (87) 3762-0445				
		Descrição do Produto/Serviço				
10	042.001.047	Geladeira de uso doméstico frostfree 410 l. capacidade total de armazenamento: 410 l capacidade liq. congelador: 100l capacidade liq. refrigerador: 310 l capacidade total bruta: 400 l - capacidade bruta congelador: 100 l - capacidade bruta refrigerador: 300 l - tensão: 110v ou 220v frequência: 60 hz - consumo: 58,1 kwh/mês (110v) consumo: 58,1 kwh/mês (220v) - cor: branco - dimensões aproximadas: 186,5x70,2x73,3cm (axlpx) - peso aproximado: 84,5kg. Marca: CONSUL	UND	1	3.080,00	3.080,00
Total do Proponente						3.080,00
4881		CANAPU COMERCIO DE DISTRIBUICAO EIRELI –				
Item	Código	CNPJ: 08.449.096/0001-81	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
		R ANISIO SALATIEL, SN GALPAO03 - ROGER, JOAO PESSOA - PB, CEP: 58020-000				
		Telefone: (83) 9943-0707				
		Descrição do Produto/Serviço				
6	040.003.023	Bebedouro, elétrico, para garrafão de água mineral de 20 (vinte) litros,- tipo coluna, - capacidade mínima para armazenamento no reservatório de 2,5 litros- gabinete totalmente confeccionado em chapa galvanizada e pintada com tinta em pó a base de epóxi- duas torneiras de fácil manuseio (natural e gelada) em plástico de alta resistência - tubulações em cobre externas ao reservatório, - reservatórios e dutos em materiais 100% não tóxicos-compressor silencioso de alto desempenho e consumo não superior a 195 watts/h- não usar como elemento de refrigeração gás cfc - tensão de 127 volts dimensões do gabinete: - altura	UND	1	545,00	545,00

		minima de 900 mm e máxima de 1.000 mm, - largura mínima de 300 mm e máxima de 350 mm, - profundidade mínima de 270 mm e máxima de 350mm.- em conformidade com a norma nbr nm-iec 335-1:1998 e selo immetro.- garantia do fabricante mínima de 01 (um) ano Marca: KARINA				
Total do Proponente						545,00
4882		ZIB COMERCIO E SERVICOS LTDA				
Item	Código	CNPJ: 32.932.000/0001-16	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
		R JOAO FERNANDES PRAXEDES, 10 ***** - DOZE ANOS, MOSSORO – RN, CEP: 59603-085 –				
		Telefone: (84) 8899-4715				
		Descrição do Produto/Serviço				
7	040.003.024	Cadeira fixa 4 pés em tubo 7/8 parede de 1,2 mm com haste em tubo oblongo 30x16,parede de 1,5mm com sanfona plástica e caneca de fixação do encosto em nylon. sapatas plásticas na cor preta, sendo o assento e o encosto estruturados em compensados laminado anatômico de 12mm. revestimento de assento e encosto em tecido de polipropileno cor a combinar e com acabamento com perfil de pvc. medidas: 43x42cm - assento. 48x28cm - encosto. Marca: MOB	UND	20	105,00	2.100,00
8	040.003.025	Cadeira, secretaria, com braços, espaldar baixo, assento e encosto articulável com design anatômico de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar confeccionada em madeira multi laminada com espessura mínima de 5mm interligados por lamina de aço flexível ou tubo de aço de formato oblongo. estofamento em espuma de poliuretano com espessura mínima de 5mm de espessura, injetada e moldada anatomicamente e com densidade mínima de 60kg/m3 encosto com dimensões de 340 x 2900 mm e assento com dimensões de 390x420mm podendo variar em +/-5%. revestimento em tecido 100% poliéster na cor padrão da unidade, com resistência a ação da luz, fricção e rasgos, devendo permitir limpeza sem perder suas característicasoriginais.possuindo concha posterior do assento e do encosto em polipropileno injetado na cor padrão da unidade. regulagem de altura do assento por mecanismo de pistão a gás. mecanismos de regulagem devem permitir seu acionamento pelo usuário quando sentado. base de apoio com 05 pés com rodízios esfêr Marca: MOB	UND	10	260,00	2.600,00
13	037.005.048	LONGARINA 03 LUGARES LONGARINA, de 03 lugares, assento confeccionado em polipropileno injetado, texturizado, ergonômico, na cor padrão da unidade, com 3mmde espessura, no mínimo, medindo 465mm x 400mm (largura x profundidade) com furos quadrados para ventilação, bordas laterais e de fundo com 15mm de espessura, fixado a longarina através de flange confeccionada em chapa de aço 3,00mm, FQDO, SAE 1006/1008 -EM FQDO, fosfatizado e pintado com tinta pó epóxi, fixado a estrutura através de abraçadeira confeccionada em barra chata de aço SAE 1010 de ¼" x 1.1/4", fosfatizado e pintado com tinta epóxi; fixação das flanges as barras da longarina por meio de parafusos sextavados 3/8" x 1"; encosto confeccionado em polipropileno, injetado, na cor padrão da unidade, texturizado, ergonômico, com 3mm de espessura, medindo 460mm x 290mm com furos para ventilação da região lombar do usuário; assento/encosto: interligados através de 2 (dois) tubos oblongos 16 x 30mm # 16 1,5mm encaixados ao estrutural do encosto e fixado através de parafusos com tapa furos no contra-encosto; barra da longarina: confeccionada em tubo de aço quadrado 50x50x1,90mm SAE 1010, fosfatizado e pintado com tinta epóxi pó, com terminais moldados em polipropileno copolimero; colunas verticais: confeccionadas em tubos oblongos 40 x 77mm # 16 1,5mm. Pés confeccionados em tubos oblongos 29 x 58mm # 16 1,5mm, com ponteiros em PVC, e sapatas, niveladoras de nível na base, fixados por meio de cone Morse; componentes metálicos: todos os componentes metálicos passarão por tratamento de fosfatizacão por imersão e terão pintura em tinta epóxi pó, aplicada pelo sistema eletrostático. O item deve estar em conformidade com a norma NR-17, do Ministério do Trabalho e normas ABNT existentes Marca: MOB	UND	15	280,00	4.200,00
16	005.002.601	Poltrona hospitalar para acompanhante azul escuro e descanso. possui assento, encosto de braços e pernas estofados, revestido em couvim, com movimentos. reclinável em 4 posições, com movimento reclinável simultâneos, pés com ponteiros de borracha. acabamento em pintura epóxi.material de fabricação da estrutura aço Marca: MATRIX	UND	2	900,00	1.800,00
Total do Proponente						10.700,00

VALOR GLOBAL - R\$ 14.325,00 (quatorze mil, trezentos e vinte e cinco reais)

São José do Brejo do Cruz/ PB, 28 de setembro de 2020.

GENILDA SARAIVA DE ANDRADE

Pregoeira

Publicado por:
Genilda Saraiva de Andrade
Código Identificador:7604B222

GABINETE DA PREFEITA ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS		
Órgão Solicitante	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura	
Nome do Prestador	COPEVA CONSTRUTORA PEREIRA VIEIRA EIRELI	
CNPJ	26.743.338/0001-27	FONE:
Endereço	Rua : Sady Fernandes Aragão, 54 - Sala 01 - Areais - Sousa/PB	
O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ/ PB solicita desta Ilustre empresa a execução dos serviços abaixo descritos, observadas as especificações e/ ou citados:		
ITEM	DESCRIÇÃO	V TOTAL
1	Contratação dos serviços de Implantação de pavimentação em vias públicas urbanas no Município de São José do Brejo do Cruz/ PB	205.541,51
A referida contratação se destina à execução do Contrato de Repasse – Transferência Voluntária nº 877.529/2018 – Ministro das Cidades / CAIXA, celebrado com o Município de São José do Brejo do Cruz/PB; Prazo para execução: dois (02) meses e início com até cinco (05) dias contados do recebimento desta OES; Dotação Orçamentária: 02 09 15 451 0024 1059 0000 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS COM DRENAGEM; ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES; FONTE: 0.1.001/001.001; 0.1.940/110.000; Faturamento: O Faturamento das despesas será para o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ/ PB, inscrito no CNPJ/ MF sob o nº 01.612.692/0001-91, com sede na Av. Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000; Contratação com fulcro no Processo Licitatório nº 075/2019 – Tomada de Preço nº 001/2019.		
VALOR TOTAL – R\$		205.541,51

São Jose do Brejo do Cruz/ PB, 05 de outubro de 2020.

ANTÔNIO MARCOS TARGINO DANTAS	ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA
Secretária Municipal de Obras e infraestrutura	Prefeita Municipal

Publicado por:
Genilda Saraiva de Andrade
Código Identificador:B95094ED

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 006/2020

LICITAÇÃO: 080/2020

PREGÃO ELETRÔNICO 006/2020

Aquisição de móveis, eletros e material de informática para a nova Unidade da Saúde da Família (UBS) deste município.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando, os atos praticados pelo Pregoeiro do Município, conjuntamente com a Equipe de Apoio, inclusive a expedição do ato adjudicatório.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso XXII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

HOMOLOGO o procedimento em favor da (s) licitante (s):

4880		C DE A FERREIRA E CIA LTDA				
Item	Código	CNPJ: 33.330.526/0001-99	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
		R DIOGO LEITE, 100 ***** - SAO JOSE, GARANHUNS - PE, CEP: 55295-170				
		Telefone: (87) 3762-0445				
		Descrição do Produto/Serviço				
10	042.001.047	geladeira de uso doméstico frostfree 410 l. capacidade total de armazenamento: 410 l capacidade liq. congelador: 100l capacidade liq. refrigerador: 310 l capacidade total bruta: 400 l - capacidade bruta congelador: 100 l - capacidade bruta refrigerador: 300 l - tensão: 110v ou 220v frequência: 60 hz - consumo: 58,1 kwh/mês (110v) consumo: 58,1 kwh/mês (220v) - cor: branco - dimensões aproximadas: 186,5x70,2x73,3cm (axlxp) - peso aproximado: 84,5kg. Marca: CONSUL	UND	1	3.080,00	3.080,00
Total do Proponente						3.080,00
4881		CANAPU COMERCIO DE DISTRIBUICAO EIRELI - CNPJ: 08.449.096/0001-81				
Item	Código	R ANISIO SALATIEL, SN GALPAO03 - ROGER, JOAO PESSOA - PB, CEP: 58020-000 - Telefone: (83) 9943-0707	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
		Descrição do Produto/Serviço				
6	040.003.023	bebedouro, elétrico, para garrafão de água mineral de 20 (vinte) litros,- tipo coluna, - capacidade mínima para armazenamento no reservatório de 2,5 litros- gabinete totalmente confeccionado em chapa galvanizada e pintada com tinta em pó a base de epóxi- duas torneiras de fácil manuseio (natural e gelada) em plástico de alta resistência - tubulações em cobre externas ao reservatório, - reservatórios e dutos em materiais 100% não tóxicos- compressor silencioso de alto desempenho e consumo não superior a 195 watts/h- não usar como elemento de refrigeração gás cfc - tensão de 127 volts dimensões do gabinete: - altura mínima de 900 mm e máxima de 1.000 mm, - largura mínima de 300 mm e máxima de 350 mm, - profundidade mínima de 270 mm e máxima de 350mm.- em conformidade com a norma nbr nm-iec 335-1:1998 e selo inmetro.- garantia do fabricante mínima de 01 (um) ano marca: karina	UND	1	545,00	545,00
Total do Proponente						545,00
4882		ZIB COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 32.932.000/0001-16				
Item	Código	R JOAO FERNANDES PRAXEDES, 10 ***** - DOZE ANOS, MOSSORO - RN, CEP: 59603-085 - Telefone: (84) 8899-4715	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
		Descrição do Produto/Serviço				
7	040.003.024	Cadeira fixa 4 pés em tubo 7/8 parede de 1,2 mm com haste em tubo oblongo 30x16,parede de 1,5mm com sanfona plástica e caneca de fixação do encosto em nylon, sapatas plásticas na cor preta, sendo o assento e o encosto estruturados em compensados laminado anatômico de 12mm. revestimento de assento e encosto em tecido de polipropileno cor a combinar e com acabamento com perfil de pvc. medidas: 43x42cm - assento. 48x28cm - encosto. Marca: MOB	UND	20	105,00	2.100,00
8	040.003.025	cadeira, secretaria, com braços, espaldar baixo, assento e encosto articulável com design anatômico de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar confeccionada em madeira multi laminada com espessura mínima de 5mm interligados por lamina de aço flexível ou tubo de aço de formato oblongo. estofamento em espuma de poliuretano com espessura mínima de 5mm de espessura, injetada e moldada anatomicamente e com densidade mínima de 60kg/m3 encosto com dimensões de 340 x 2900 mm e assento com dimensões de 390x420mm podendo variar em +/-5%. revestimento em tecido 100% poliéster na cor padrão da unidade, com resistência a ação da luz, fricção e rasgos, devendo permitir limpeza sem perder suas características originais, possuindo concha posterior do assento e do encosto em polipropileno injetado na cor padrão da unidade. regulagem de altura do assento por mecanismo de pistão a gás. mecanismos de regulagem devem permitir seu acionamento pelo usuário quando sentado. base de apoio com 05 pés com rodízios esfêr. Marca: MOB	UND	10	260,00	2.600,00
13	037.005.048	LONGARINA 03 LUGARES LONGARINA, de 03 lugares, assento confeccionado em polipropileno injetado, texturizado, ergonômico, na cor padrão da unidade, com 3mm de espessura, no mínimo, medindo 465mm x 400mm (largura x profundidade) com furos quadrados para ventilação, bordas laterais e de fundo com 15mm de espessura, fixado a longarina através de flange confeccionada em chapa de aço 3,00mm, FQDO, SAE 1006/1008 - EM FQDO, fosfatizado e pintado com tinta pó epóxi, fixado a estrutura através de abraçadeira confeccionada em barra chata de aço SAE 1010 de ¼" x 1.1/4", fosfatizado e pintado com tinta epóxi; fixação das flanges as barras da longarina por meio de parafusos sextavados 3/8" x 1"; encosto confeccionado em polipropileno, injetado, na cor padrão da unidade, texturizado, ergonômico, com 3mm de espessura, medindo 460mm x 290mm com furos para ventilação da região lombar do usuário; assento/encosto: interligados através de 2 (dois) tubos oblongos 16 x 30mm # 16 1,5mm encaixados ao estrutural do encosto e fixado através de parafusos com tapa furos no contra-encosto; barra da longarina: confeccionada em tubo de aço quadrado 50x50x1,90mm SAE 1010, fosfatizado e pintado com tinta epóxi pó, com terminais moldados em polipropileno copolímero; colunas verticais: confeccionadas em tubos oblongos 40 x 77mm # 16 1,5mm. Pés confeccionados em tubos oblongos 29 x 58mm # 16 1,5mm, com ponteiros em PVC, e sapatas, niveladoras de nível na base, fixados por meio de cone Morse; componentes metálicos: todos os componentes metálicos passarão por tratamento de fosfatizacão por imersão e terão pintura em tinta epóxi pó, aplicada pelo sistema eletrostático. O item deve estar em conformidade com a norma NR-17, do Ministério do Trabalho e normas ABNT existentes. Marca: MOB	UND	15	280,00	4.200,00
16	005.002.601	poltrona hospitalar para acompanhante azul escuro e descanso. possui assento, encosto de	UND	2	900,00	1.800,00

		braços e pernas estofados, revestido em courvim, com movimentos, reclinável em 4 posições, com movimento reclinável simultâneos, pés com ponteiros de borracha, acabamento em pintura epóxi. material de fabricação da estrutura aço marca: MATRIX			
Total do Proponente					10.700,00

Valor Total da Contratação R\$ 14.325,00 - (quatorze mil, trezentos e vinte e cinco reais).

CONVOQUEM-SE as empresas acima mencionadas para a assinatura do contrato administrativo.

São José do Brejo do Cruz/ PB, 28 de setembro de 2020.

ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Genilda Saraiva de Andrade
Código Identificador:E3221342

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

AGORA COM ATOS DE INTERESSE PRIVADO

Licenciamento ambiental e demais atos legais de interesse privado das pessoas físicas ou jurídicas de direito privado cuja legislação de regência determine a divulgação e a publicidade agora tem um novo espaço, mas ágil e com menor custo.

saiba mais em:

www.diariomunicipal.com.br/famup

(61) 4063-6162



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso V)												RS 1,00
PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e = (a + b) - (c + d))	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo (k = (f + g) - (i + j))	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)	273.957,00	875.683,44	867.525,90	0,00	282.114,54	51.593,32	482.048,93	325.764,26	325.764,26	0,00	207.877,99	489.992,53
PODER EXECUTIVO	273.957,00	875.683,44	867.525,90	0,00	282.114,54	51.593,32	482.048,93	325.764,26	325.764,26	0,00	207.877,99	489.992,53
Prefeitura Municipal de Mataraca	246.661,11	778.596,94	770.439,40	0,00	254.818,65	51.593,32	262.450,82	172.231,26	172.231,26	0,00	141.812,88	396.631,53
Fundo Municipal de Saúde de Mataraca	27.295,89	97.086,50	97.086,50	0,00	27.295,89	0,00	219.598,11	153.533,00	153.533,00	0,00	66.065,11	93.361,00
RESTOS A PAGAR (INTRA - ORÇAMENTÁRIOS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NADA A REGISTRAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	273.957,00	875.683,44	867.525,90	0,00	282.114,54	51.593,32	482.048,93	325.764,26	325.764,26	0,00	207.877,99	489.992,53
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 28 de setembro de 2020 as 17:27:55												

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:40FD38A4

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)														RS 1,00
Especificação	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total (últimos 12 meses)	Previsão Atualizada - 2020
	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.299.974,41	3.335.618,34	3.020.148,00	4.828.482,42	3.213.012,62	3.275.921,78	2.973.492,51	3.586.041,85	2.559.567,08	3.759.659,30	3.829.787,88	3.086.803,37	39.768.509,56	39.325.799,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	102.312,49	445.238,74	119.871,55	194.986,04	186.469,17	109.702,20	137.767,36	287.642,19	100.576,25	80.357,75	180.307,29	132.149,71	2.077.380,74	1.990.136,00
IPTU	995,89	4.410,50	7.307,84	13.327,16	11.209,68	11.817,99	13.374,10	12.997,01	12.099,16	3.280,98	2.487,08	3.006,02	96.313,41	59.882,00
ISS	78.889,96	154.468,85	88.881,16	83.558,65	152.597,54	52.882,62	95.135,76	169.595,91	54.456,50	49.936,65	153.715,20	54.600,23	1.188.719,03	1.423.951,00
ITBI	1.000,00	0,00	160,00	126,00	1.660,00	50,00	212,11	0,00	0,00	2.800,00	1.000,00	1.500,00	8.508,11	140.613,00
IRRF	16.839,56	126.384,39	19.406,55	95.016,23	16.190,45	39.656,42	22.676,59	104.472,27	19.184,68	20.618,12	19.164,01	69.139,46	568.748,73	302.249,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	4.587,08	159.975,00	4.116,00	2.958,00	4.811,50	5.295,17	6.368,80	577,00	14.835,91	3.722,00	3.941,00	3.904,00	215.091,46	63.441,00
Contribuições	31.333,45	106.689,45	45.672,98	134.866,56	73.462,20	49.401,61	43.680,83	103.306,49	40.454,05	119.965,94	43.569,38	17.869,38	810.272,32	909.914,00
Receita Patrimonial	2.829,79	3.658,21	2.511,65	3.863,29	3.257,04	2.397,91	2.142,69	1.307,38	1.605,13	1.348,55	4.364,63	2.353,38	31.639,65	54.758,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	2.829,79	3.658,21	2.511,65	3.863,29	3.257,04	2.397,91	2.142,69	1.307,38	1.605,13	1.348,55	4.364,63	2.353,38	31.639,65	54.758,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	672,00	18.730,00	96.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.652,00	76.533,00
Transferências Correntes	2.163.498,68	2.780.031,94	2.852.091,82	4.358.530,02	2.930.779,17	3.014.286,31	2.787.894,87	3.180.995,79	2.416.931,65	3.557.987,06	3.601.546,58	2.934.430,90	36.579.004,79	36.042.854,00
Cota-Parte do FPM	605.538,66	557.476,98	756.576,04	1.289.837,24	764.926,06	1.105.284,01	646.290,15	633.507,44	661.871,83	538.799,18	928.834,68	590.018,18	9.078.960,45	10.539.496,80
Cota-Parte do ICMS	689.610,84	1.075.637,61	925.532,59	1.025.890,20	1.078.551,83	771.370,85	1.123.697,01	790.601,87	676.964,78	866.806,91	854.660,96	823.103,68	10.702.429,13	10.449.598,40
Cota-Parte do IPVA	11.961,06	14.083,67	9.033,76	6.163,39	13.280,90	9.566,82	11.065,96	8.182,46	9.064,64	10.076,58	19.210,16	16.967,72	138.657,12	131.050,80
Cota-Parte do ITR	4.591,34	5.658,79	830,76	1.068,47	1.200,54	0,00	0,00	269,51	0,00	0,00	64,26	113,79	13.797,46	3.353,20
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.025,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	20.231,17	368,14	334,65	547,84	448,83	103,18	631,13	411,65	473,33	23.549,92	13.010,80
Transferências do FUNDEB	457.360,77	535.904,45	572.216,31	699.026,26	685.061,52	692.502,07	600.148,76	664.917,40	478.211,99	481.891,46	486.235,20	495.081,64	6.848.557,83	7.250.977,00
Outras Transferências Correntes	394.436,01	591.270,44	587.902,36	1.316.313,29	387.390,18	435.227,91	406.145,15	1.083.068,28	590.715,23	1.659.781,80	1.312.129,67	1.008.672,56	9.773.052,88	7.643.342,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	135.564,51	315,04	3.883,75	2.006,76	12.790,00	0,00	0,00	0,00	0,00	154.560,06	251.604,00
DEDUÇÕES (II)	259.948,13	327.754,61	336.587,84	386.220,48	368.935,62	375.330,92	353.997,40	284.875,71	267.767,29	281.121,17	281.454,79	282.647,07	3.806.641,03	3.936.898,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	259.948,13	327.754,61	336.587,84	386.220,48	368.935,62	375.330,92	353.997,40	284.875,71	267.767,29	281.121,17	281.454,79	282.647,07	3.806.641,03	3.936.898,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.040.026,28	3.007.863,73	2.683.560,16	4.442.261,94	2.844.077,00	2.900.590,86	2.619.495,11	3.301.166,14	2.291.799,79	3.478.538,13	3.548.333,09	2.804.156,30	35.961.868,53	35.388.901,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.040.026,28	3.007.863,73	2.683.560,16	4.442.261,94	2.844.077,00	2.900.590,86	2.619.495,11	3.301.166,14	2.291.799,79	3.478.538,13	3.548.333,09	2.804.156,30	35.961.868,53	35.388.901,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	2.040.026,28	3.007.863,73	2.683.560,16	4.442.261,94	2.844.077,00	2.900.590,86	2.619.495,11	3.301.166,14	2.291.799,79	3.478.538,13	3.548.333,09	2.804.156,30	35.961.868,53	35.388.901,00
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 28 de setembro de 2020 as 17:24:25														

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:B174E0EF

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Prefeitura Municipal de Mataraca - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (b)
	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.454.780,74	1.214.636,67	1.734.691,89	2.694.911,85	1.460.318,81	1.704.038,15	1.814.149,56	1.634.547,87	1.609.794,06	1.621.874,90	1.748.730,22	1.681.363,87	20.373.838,59	0,00
Pessoal Ativo	1.452.672,49	1.212.528,42	1.732.583,64	2.690.695,35	1.458.210,56	1.701.929,90	1.812.041,31	1.632.439,62	1.607.685,81	1.619.766,65	1.746.621,97	1.679.255,62	20.346.431,34	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.194.853,14	1.212.528,42	1.225.014,62	2.142.029,00	1.184.943,67	1.421.938,58	1.321.280,73	1.335.782,94	1.319.261,79	1.327.864,50	1.411.980,84	1.362.401,92	16.459.880,15	0,00
Obrigações Patronais	257.819,35	0,00	507.569,02	548.666,35	273.266,89	279.991,32	490.760,58	296.656,68	288.424,02	291.902,15	334.641,13	316.853,70	3.886.551,19	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.108,25	2.108,25	2.108,25	4.216,50	2.108,25	2.108,25	2.108,25	2.108,25	2.108,25	2.108,25	2.108,25	2.108,25	27.407,25	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.108,25	2.108,25	2.108,25	4.216,50	2.108,25	2.108,25	2.108,25	2.108,25	2.108,25	2.108,25	2.108,25	2.108,25	27.407,25	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	292.112,29	48.854,62	560.330,78	562.222,87	303.656,02	293.313,75	505.319,84	347.905,00	296.424,02	294.900,04	414.631,19	361.567,99	4.281.238,41	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	34.292,94	48.854,62	52.761,76	13.556,52	30.389,13	13.322,43	14.559,26	51.248,32	8.000,00	2.997,89	79.990,06	44.714,29	394.687,22	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal (Parecer PR-TC/PB 12/2007 (10 de Outubro de 2007)	257.819,35	0,00	507.569,02	548.666,35	273.266,89	279.991,32	490.760,58	296.656,68	288.424,02	291.902,15	334.641,13	316.853,70	3.886.551,19	0,00
DESP. LIQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)	1.162.668,45	1.165.782,05	1.174.361,11	2.132.688,98	1.156.662,79	1.410.724,40	1.308.829,72	1.286.642,87	1.313.370,04	1.326.974,86	1.334.099,03	1.319.795,88	16.092.600,18	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	35.961.868,53	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	35.961.868,53	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	16.092.600,18	44,75
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54%	19.419.409,01	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	18.448.438,56	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	17.477.468,11	48,60
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 29 de setembro de 2020 às 07:57:54		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador: 169BE13C

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

AGORA COM ATOS DE INTERESSE PRIVADO

Licenciamento ambiental e demais atos legais de interesse privado das pessoas físicas ou jurídicas de direito privado cuja legislação de regência determine a divulgação e a publicidade agora tem um novo espaço, mas ágil e com menor custo.

saiba mais em:

www.diariomunicipal.com.br/famup

(61) 4063-6162

